



emoşe

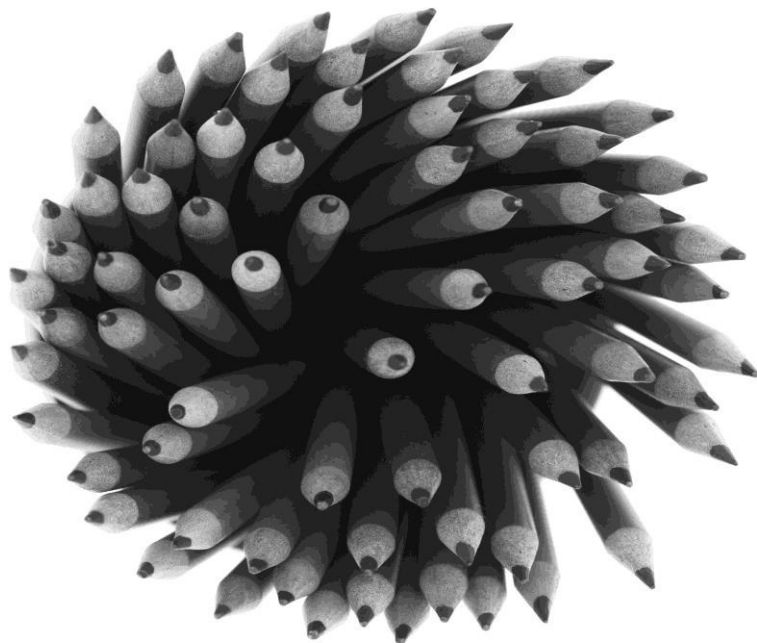
Empresa Moçambicana de Seguros, SA.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro 2022



	<u>Página</u>
BALANÇO	1
CONTA DE GANHOS E PERDAS	2
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	3
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	4
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	5
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6 – 75
ANEXOS	



Balanço

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em Meticals)

BALANÇO	Notas	31-Dez-2022		31-Dez-2021	
		Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	Total
ACTIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	400 316 324	-	400 316 324	159 947 707
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	65 813 201	5 320 000	60 493 201	35 130 935
Activos financeiros disponíveis para venda	4.3	2 184 301 270	-	2 184 301 270	2 120 227 925
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.4	1 044 416 209	-	1 044 416 209	1 405 740 009
Outros empréstimos		23 036	-	23 036	23 036
Investimentos a deter até a maturidade	4.5	750 803 932	-	750 803 932	490 322 402
Edifícios					
De uso próprio	4.6	2 020 199 770	597 672 475	1 422 527 295	1 553 781 775
De rendimento	4.7	8 465 037 206	-	8 465 037 206	8 301 034 053
Outros activos tangíveis e intangíveis	4.6	673 411 646	487 977 728	185 433 918	172 119 343
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.8	369 703 229	-	369 703 229	321 974 555
Provisão matemática do ramo vida	4.8	1 400 000	-	1 400 000	9 100 000
Provisão para sinistros	4.8	587 484 552	-	587 484 552	845 108 862
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	4.9	446 208 791	-	446 208 791	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.10	2 276 755 869	688 010 707	1 588 745 162	1 432 357 485
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.11	243 057 335	-	243 057 335	31 597 276
Contas a receber por outras operações	4.12	930 272 698	508 098 623	422 174 075	460 094 182
Activos por impostos					
Activo por impostos correntes	4.23	436 653 143	-	436 653 143	295 730 885
Activo por impostos diferidos	4.23	214 186 402	-	214 186 402	184 064 784
Acréscimos e diferimentos	4.13	84 818 511	-	84 818 511	91 748 202
Outros elementos do activo	4.14	17 429 181	-	17 429 181	18 902 407
Total do activo		21 212 292 306	2 287 079 533	18 925 212 774	17 929 005 823

O Técnico de contas


A Administração
 EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.


Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em Meticals)

BALANÇO		31-Dez-2022	31-Dez-2021
		Valor líquido	Valor líquido
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4.19	551 230 620	375 741 912
Provisão matemática do ramo vida	4.19	3 158 300 000	2 553 700 000
Provisão para sinistros			
Do ramo vida	4.19	152 005 309	121 129 669
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.19	790 775 593	696 533 510
De outros ramos	4.19	1 324 847 278	1 623 084 984
Provisão para desvios de sinistralidade	4.19	127 620 955	46 601 656
Provisão para riscos em curso	4.19	169 121 086	57 186 841
Outros passivos financeiros			
Empréstimos bancários	4.20	171 598 783	130 888 017
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	4.9	896 791 698	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.21	657 617 589	596 729 883
Contas a pagar por operações de resseguro	4.21	597 536 825	262 572 102
Contas a pagar por outras operações	4.21	320 031 524	535 655 338
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	4.23	210 501 955	201 797 904
Passivos por impostos diferidos	4.23	3 716 833 458	3 738 989 440
Outros passivos correntes	4.22	81 477 227	58 043 426
Outras provisões	4.15	164 347 624	122 620 212
Total do passivo		13 090 637 525	11 121 274 892
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	4.16	295 000 000	295 000 000
Ações próprias		(3 256 740)	(3 256 740)
Desconto de emissão		(58 378 060)	(58 378 060)
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	4.17	1 113 048 970	1 221 002 629
Por revalorização de edifícios de uso próprio	4.17	846 680 572	945 456 565
Outras reservas	4.18	1 796 120 001	2 593 646 757
Resultados transitados		1 897 881 546	3 007 820 312
Resultados do exercício		(52 521 039)	(1 193 560 534)
Total do Capital Próprio		5 834 575 249	6 807 730 930
Total do Passivo e do Capital Próprio		18 925 212 774	17 929 005 823

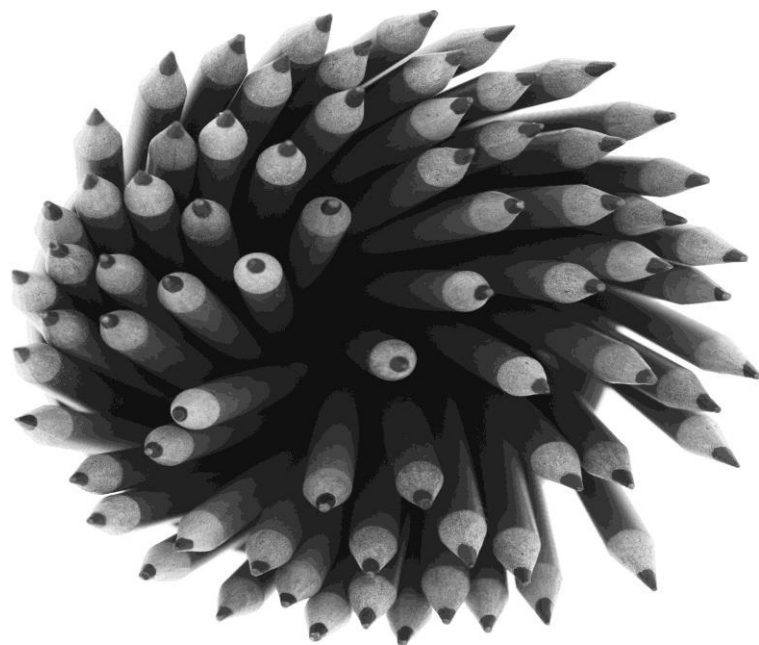
O Técnico de contas



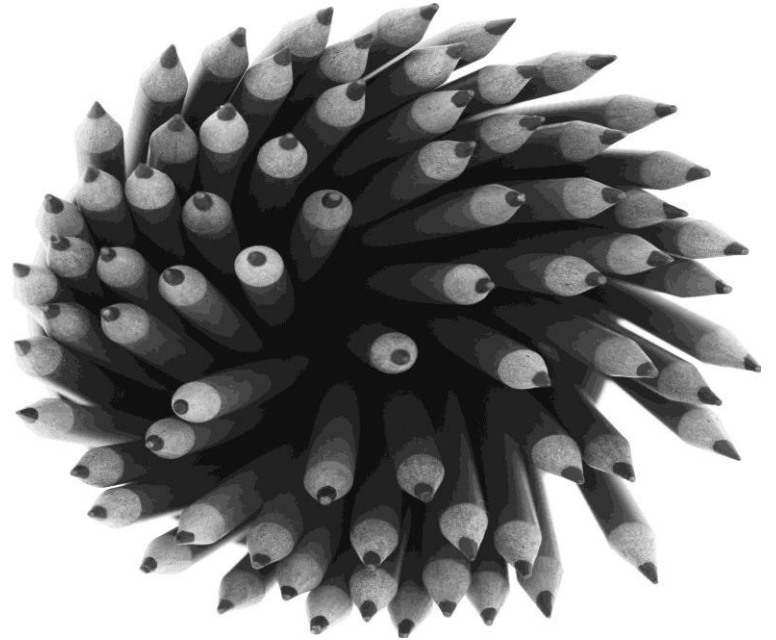
A Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Conta de Ganhos e Perdas



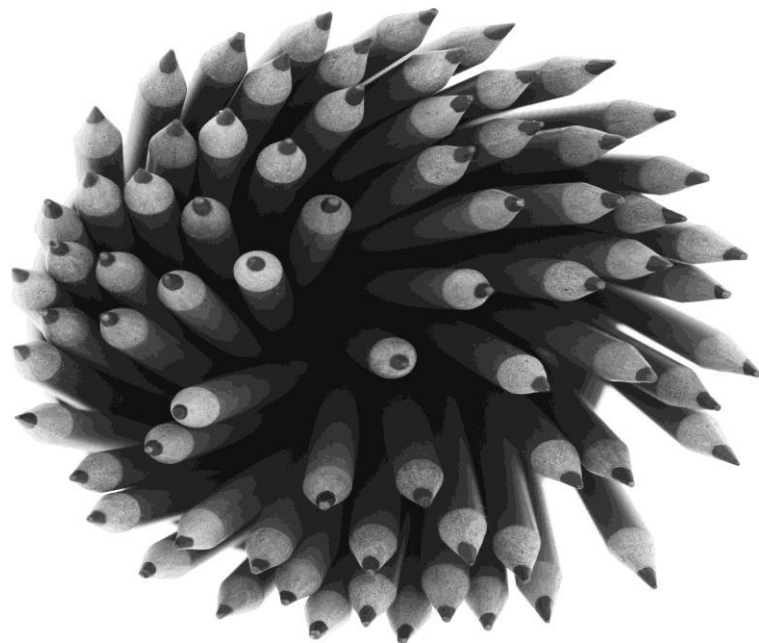
Demonstração do Rendimento Integral

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	2022	2021
Resultado líquido do exercício		(52 521 039)	(1 193 560 534)
<u>Outros ganhos / (perdas) reconhecidos directamente no capital próprio</u>			
Ganhos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4.3	(158 755 381)	88 552 250
Impostos diferidos por ganhos no justo valor de activos financeiros	4.23	50 801 721	(28 336 720)
Ganhos / (perda) na reavaliação de edifícios de uso próprio	4.6	(22 285 628)	(78 195 312)
Impostos diferidos por ganhos na reavaliação de edifícios de uso próprio	4.23	7 131 401	25 022 500
Ganhos e perdas actuariais (EMOSE Fundo de Pensões)	4.18	(721 082 902)	-
Total do rendimento integral		(896 711 828)	(1 186 517 816)

O Técnico de Contas  EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A. Administração 

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Demonstração de Variações do Capital Próprio

EMOSE – EMPRESA MOCAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em Moçambicanos)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Nota	Capital social	Ações próprias	Desconto de emissão	Por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Per avaliação de edificios de uso próprio	Outras reservas	Ganhos e perdas actuariais	Resultados transferidos	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
	295.000.000	(3.256.740)	(58.378.000)	1.082.292.689	2.266.849.333	3.097.621.863	309.699.206	108.886.219	6.087.742.930	483.240.072	6.834.575.240
Saldo a 31 de Dezembro de 2020 reavaliado											
Aplicação do resultado do exercício anterior											
Aplicação dos efeitos da reavaliação											
Reserva de reavaliação de edificios de uso próprio	2,6				327.408.624				(627.566.426)		
Impostos diferidos sobre edificios de uso próprio	4,6				(78.195.312)				246.707.216		
Impostos diferidos sobre edificios de uso próprio	4,23				25.022.600						(78.195.312)
Outras regularizações					39						25.022.600
Transferência da parte do excedente da reavaliação					(131.725.355)						14.532.332
Impostos diferidos					42.152.114						14.532.332
Transferência da parte do excedente da reavaliação	4,23				(28.338.720)						(28.338.720)
Ganhos líquidos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4,2 e 4,3				88.552.250						88.552.250
Resultado líquido do exercício									(1.183.560.534)		(1.183.560.534)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021											
Aplicação do resultado do exercício anterior											
Reserva de reavaliação de edificios de uso próprio	4,6				845.456.655				(1.183.560.534)		
Impostos diferidos sobre edificios de uso próprio	4,23				(22.285.629)						(78.443.854)
Transferência da parte do excedente da reavaliação					7.131.401						(22.285.629)
Transferência da parte do excedente da reavaliação					(122.873.186)						7.131.401
Impostos diferidos	4,23				39.351.420						(39.351.420)
Ganhos líquidos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4,2 e 4,3				50.801.721						50.801.721
EMOSE – Fundo de Perdas					(158.755.381)						(158.755.381)
Resultado líquido do exercício									(62.521.039)		(62.521.039)

O Director-Geral

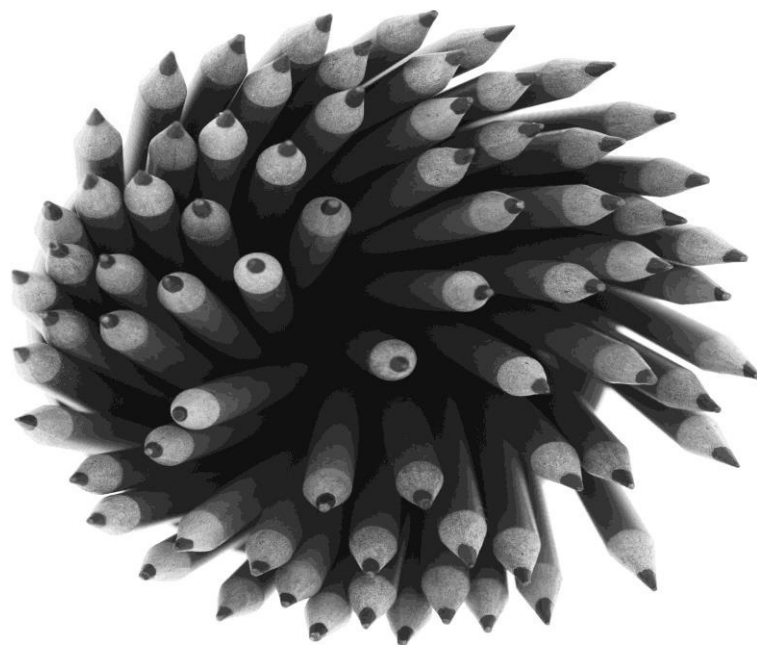


EMIFRESA INOVAVIDIVINA DE SEGUROS, S.A.

A Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Demonstração de Fluxos de Caixa

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		(46 865 517)	(1 541 228 321)
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Variação nos activos operacionais		(1 390 619 441)	(722 718 749)
Variação nos passivos operacionais		1 804 825 078	29 560 373
Ganhos / (perdas) actuariais - EMOSE Fundo de Pensões	4.18	(721 082 902)	-
Itens não-monetários incluídos no resultado antes de imposto			
Ganho / (perda) no justo valor de propriedades de investimento	4.7	(164 003 153)	672 430 869
Ganho / (perda) no justo valor de edifícios de uso próprio		32 478 486	49 840 601
Perdas/(reversões) de imparidade em devedores	4.10 e 4.12	(140 182 851)	503 635 166
Amortizações de activos tangíveis e intangíveis	4.6	171 796 534	193 552 588
Aumento / (redução) de outras provisões	4.15	41 727 412	(111 427 716)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		<u>(411 926 353)</u>	<u>(926 355 189)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de acções	4.3	(221 763 306)	(40 670 702)
Aumento / (redução) dos activos financeiros disponíveis para venda	4.3 e 4.23	24 374 035	24 687 278
Aquisição / (reembolso) de investimentos a deter até à maturidade	4.5	(260 481 531)	(308 952 102)
Aumento / (redução) em depósitos a prazo	4.4	361 323 800	416 885 000
Juros recebidos	4.25	175 140 896	294 090 491
Dividendos recebidos	4.25	540 787 390	182 660 018
Compra/(alienação) de activos tangíveis e intangíveis	4.6	(67 671 119)	(222 741 708)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento		<u>551 710 165</u>	<u>345 958 275</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos bancários	4.20	(73 895 443)	(53 098 534)
Empréstimos bancários	4.20	114 606 209	41 150 000
Custos financeiros pagos em empréstimos bancários		(16 569 816)	(18 916 277)
Dividendos pagos		-	(20 000 000)
Dividendos atribuídos	4.21	76 443 854	280 000 000
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento		<u>100 584 804</u>	<u>229 135 188</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		240 368 617	(351 261 728)
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro	4.1	159 947 707	511 209 435
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	4.1	<u><u>400 316 324</u></u>	<u><u>159 947 707</u></u>

400 316 324

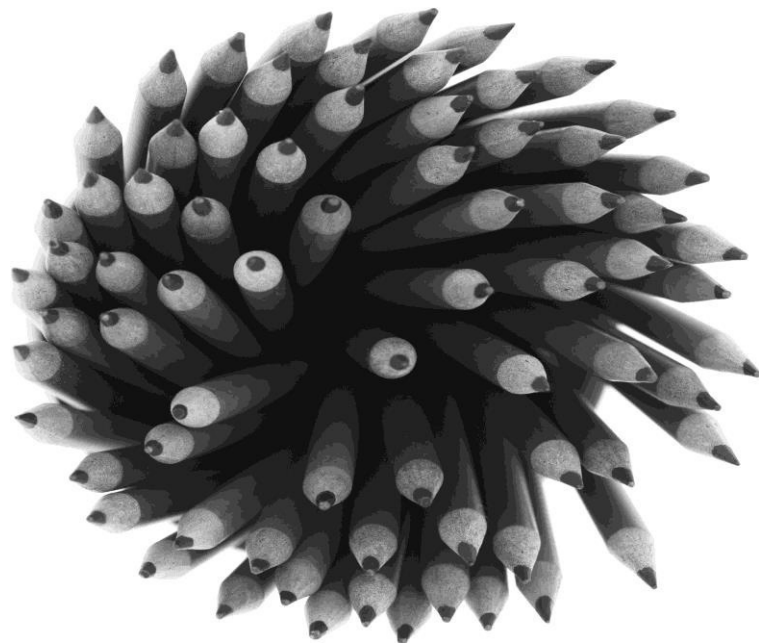
0



EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Notas às Demonstrações Financeiras



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais

A EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros, S.A., (adiante designada por EMOSE ou Companhia) foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 3/77 de 13 de Janeiro, agora revogado pelo Diploma Ministerial n.º 30/99, de 21 de Abril, com um capital social de cento e cinquenta mil Meticais, sendo, actualmente, de duzentos e noventa e cinco milhões de Meticais e resultou da integração das seguintes seguradoras extintas:

- Companhia de Seguros Náuticos, S.A. - (Náuticos)
- Companhia de Seguros Lusitana, S.A. - (Lusitana)
- Companhia de Seguros Tranquilidade de Moçambique, S.A. - (Tranquilidade de Moçambique),

O balanço inicial da EMOSE, em 1 de Janeiro de 1977, resultou do somatório dos Activos e Passivos das três companhias integradas de acordo com os balanços preparados em referência a 31 de Dezembro de 1976.

A EMOSE assumiu todos os direitos e obrigações das companhias nela integrada.

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos, para os quais obteve as devidas autorizações por parte da Inspeção Geral de Seguros, actual Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

A Companhia tem a sua sede social na Av. 25 de Setembro, n.º 1383 – Caixa postal n.º 696 – 1165, na cidade de Maputo.

2. Bases de preparação e Políticas contabilísticas significativas

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) relativas à contabilização das operações das empresas de seguros em Moçambique.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de Julho de 2023 e serão submetidas a aprovação dos Accionistas em Assembleia Geral no dia 20 de Julho de 2023.



2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da empresa é o Metical. Todos os montantes apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do Metical mais próxima.

2.4 Políticas contabilísticas significativas

(a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Meticais à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

A tabela a seguir apresenta as principais taxas de câmbio aplicadas durante o período:

	31-Dez-2022		31-Dez-2021	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte- Americano (USD)	63,25	64,52	63,20	64,46
Rand Sul Africano (ZAR)	3,72	3,79	3,97	4,05
Euro (EUR)	67,40	68,75	71,50	72,93

(b) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Filiais são todas as entidades sobre as quais a EMOSE tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Companhia detém entre 20% e 49% dos direitos de voto, ou sobre as quais tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Os Investimentos em filiais e associadas são apresentados pelo método aproximado ao método de equivalência patrimonial apurado através do valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina, sendo que as variações são reconhecidas em capital próprio.

Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são reconhecidos no mapa de ganhos em perdas.



Caso o custo de aquisição exceda o justo valor da parcela da EMOSE nos activos identificáveis adquiridos, o referido excesso é registado como 'goodwill', o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Companhia em filiais e associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da filial ou associada adquirida, a diferença é reconhecida directamente nos ganhos e perdas do período.

Quando a quota-parte das perdas de uma filial ou associada excede o investimento na subsidiária ou associada, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da filial ou associada.

(c) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis à Companhia:

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, e que não se enquadram nas categorias seguintes.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através de ganhos e perdas em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em ganhos e perdas.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A EMOSE avalia, em cada data de relato, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a



probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transacção reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a EMOSE tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capital próprio até ao momento da anulação do reconhecimento, ou caso seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capital próprio é transferido para ganhos e perdas. Sempre que a medida de justo valor não é determinada por recurso a um mercado activo, nomeadamente por transacções em Bolsa de Valores, o mesmo é determinado por recurso a outras medidas de justo valor, sendo que, a Companhia, adopta um método aproximado ao método de equivalência patrimonial recorrendo a determinação do valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado.

Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer perda por imparidade registada por contrapartida de ganhos e perdas.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

(d) Imparidade de activos financeiros

A EMOSE avalia em cada data de relato a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida em ganhos e perdas.



Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida em ganhos e perdas.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, neste caso, últimas demonstrações financeiras aprovadas para entidades não cotadas e justo valor para as cotadas, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em ganhos e perdas, é transferida para ganhos e perdas.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

(f) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A EMOSE classifica os passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transacção reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.



Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na conta de ganhos e perdas aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

(g) Resseguro

No decurso da sua actividade a EMOSE cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

(h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

(i) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

(j) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.



(k) Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as NIRF aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

(l) Provisões não técnicas

A Companhia constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e esta possa ser determinada com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

(m) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela EMOSE no decurso da sua actividade, com excepção dos edifícios de uso próprio que são valorizados pelo seu justo valor deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas (Método de Revalorização, ver nota 2.5), são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

A classificação dos imóveis detidos pela Companhia entre Edifícios de uso próprio ou Edifícios de rendimento segue os critérios previstos na NIC 16 e na NIC 40, respectivamente, sendo classificados como Edifícios de uso próprio os imóveis que façam parte da actividade operacional da empresa, sendo os restantes classificados como Edifícios de rendimento.

As benfeitorias subsequentes são reconhecidas como um activo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Máquinas e ferramentas: entre 6 e 10 anos
- Instalações interiores: entre 4 e 10 anos;
- Equipamento administrativo: entre 4 e 10 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 5 anos
- Equipamento informático: 4 e 10 anos



- Construções: entre 44 e 80 anos

As vidas úteis apresentadas na tabela acima, resultam da alteração das taxas de depreciação introduzidas pelo Decreto 72/2013, de 23 de Dezembro, relativas ao novo regime de amortizações, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o ganho da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A EMOSE efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

(n) Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor (ver nota 2.5), com base em avaliações obtidas de peritos independentes. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em ganhos e perdas. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os edifícios de rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efectuadas por peritos independentes.

Benfeitorias subsequentes relacionados são capitalizadas quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

(o) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da EMOSE são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A EMOSE procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em ganhos e perdas. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



A depreciação dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso. Considerou-se como vida útil estimada para os activos intangíveis um período entre 4 e 5 anos, ao abrigo do Decreto 72/2013, de 23 de Dezembro.

(p) Imparidade de Activos não financeiros

A Companhia avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a EMOSE estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Companhia reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário, deverão permanecer ao custo.

(q) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (m) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

(r) Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados a ganhos e perdas na medida em que o serviço é prestado.



É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a EMOSE tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

Benefícios de pós-emprego

A EMOSE tem duas apólices de seguro de vida – grupo, subscritas na própria Companhia, para fazer face aos compromissos de reforma dos trabalhadores das extintas Companhias de Seguros Náuticos e Lusitana e dos trabalhadores admitidos após a constituição da Companhia. Estes compromissos de reforma encontram-se materializados num plano de benefícios definidos, estabelecido aquando da integração e extinção destas companhias de seguros.

Um plano de benefícios definido é um plano de benefícios pós-emprego em que a EMOSE assumiu uma obrigação legal ou construtiva de proporcionar aos seus actuais e reformados os benefícios acordados, não dependendo assim das contribuições efectuadas pelos trabalhadores durante o período que estiveram activos. No entanto, em 29 de Julho de 2022, foi alcançado um Acordo Constitutivo para o estabelecimento de um Fundo de Pensões Fechado e de Benefícios Definidos, por adesão individual e voluntária, sob gestão de uma entidade independente (Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA), que consagrada para os participantes os seguintes benefícios por serviços passados: 1) Benefício de reforma por velhice; 2) Benefício em caso de invalidez total e permanente; 3) Benefício em caso de morte; e 4) Benefício de garantia na reforma.

Para o efeito, foi definido o dia 1 de Janeiro de 2021, como sendo a data da transição e constitutiva do Fundo de Pensões, por conseguinte, determinada retrospectivamente a responsabilidade da Companhia com o Fundo, suportada por estimativas actuariais preparadas por consultores independentes do Fundo. Ao abrigo do referido Contrato, apenas os trabalhadores no activo à data da transição, deixaram de fazer parte das apólices de seguro de vida – grupo, subscritas na própria Companhia e passaram a integrar o Fundo de Pensões. Na determinação da responsabilidade por serviços passados para os membros no activo, foi ponderado um conjunto de considerações visando estabelecer maior justiça nos benefícios, com destaque para o número de anos de serviço, quociente da idade para atingir a reforma por género e o último salário pensionável. Os trabalhadores do quadro permanente que à data da criação do Fundo não aderirem, e o fizerem à posterior, a Companhia apenas pagará os serviços passados futuros à data de adesão, ficando o ónus dos serviços passados ao participante. Os activos do plano mantidos pelo Fundo para a cobertura da responsabilidade com serviços passados, resultam de quantias transferidas pela EMOSE para o Fundo e foram aplicados em títulos de dívida pública, depósitos à prazo e a ordem, sendo que as receitas provenientes desses investimentos servirão para satisfazer obrigações de pagamento de benefícios de reforma.

Em relação aos trabalhadores reformados (pensionistas), permanecem cobertos pelas duas apólices de seguro vida - grupo, em vigor, subscritas na própria Companhia e a responsabilidade por serviços passados é determinada no âmbito das provisões matemáticas para todos os contratos do Ramo Vida comercializados pela Companhia.

O valor líquido das responsabilidades da EMOSE relativamente aos planos de benefícios definidos é calculado de acordo com a estimativa do valor dos benefícios económicos futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado à data de reporte. O cálculo das responsabilidades é feito anualmente por um actuário independente aquando da avaliação das provisões matemáticas da Companhia em referência à data de balanço.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:



As contribuições correspondem a 13,92% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9,92% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 4%.

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/ perdas actuarias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para o mapa de ganhos e perdas.

(s) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício económico, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

(t) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:



Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, co-seguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis para o seguro directo e do método da percentagem global para o resseguro aceite e cedido. A Provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no Balanço deduzida dos Custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros, sendo calculada caso a caso (artigo 39º do Decreto 30/2011, de 11 de Agosto). Nestas provisões está incluída a estimativa das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requer a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente a taxa de desconto, tábua de mortalidade e despesas a incorrer (nota 2.5).

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

A avaliação das responsabilidades foi realizada de acordo com os requisitos dos princípios de Avaliação da Solidez Financeira estabelecidos na orientação profissional emitida pela Sociedade Actuarial da África do Sul, nomeadamente a Nota de Prática Consultiva 103 e a Norma



da Nota de Prática Actuarial 104. No entanto, a aplicação destas orientações teve em conta as práticas regulamentares aplicáveis em Moçambique, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de dezembro (DL 2/2010), Decreto n.º 30/2011, de 11 de agosto (D 30/2011) e Decreto n.º 62/2013, de 4 de dezembro (D 62/2013). O sumário da metodologia de avaliação da solidez financeira por produto encontra-se apresentado abaixo:

Seguro vida individual – A provisão prospectiva total do seguro de vida individual é definida como o valor actual dos benefícios futuros dos prémios e despesas futuras. Em virtude de os contratos de resseguro poderem ser alterados, e consequentemente os seus prémios, a provisão prospectiva não incorpora prémios de resseguro.

Seguro vida individual de pensões em pagamento - As provisões para pensões em pagamento são calculadas como o valor esperado dos pagamentos futuros de anuidades, acrescidos dos custos futuros esperados para efectuar tais pagamentos.

Seguro vida grupo, contratos de fundos de pensões - O benefício principal é calculado como o valor actual de todas as pensões adquiridas até à data, incluindo uma provisão para despesas de renovação. Não é calculada qualquer provisão para cobertura de vida e invalidez; em resultado de se assumir que os prémios anuais para estes benefícios cobrem os custos na totalidade.

Seguro vida grupo, contratos de crédito – Trata-se de um único negócio de prémios, para este tipo de seguro foi estabelecida uma provisão para riscos em curso utilizando o prazo de cobertura restante para cada membro. A provisão para riscos em curso é baseada no prémio único, deduzido de 20% de comissão.

Provisão para acidentes de trabalho – As provisões para sinistros do ramo acidentes de trabalho em pagamento são calculadas como o valor esperado dos pagamentos futuros de anuidades, mais os custos futuros esperados de fazer tais pagamentos.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada com base na legislação em vigor. De acordo com o n.º 7 do artigo 39º do Decreto n.º 30/2011, de 11 de Agosto, não sendo possível o recurso a métodos estatísticos, a provisão poderá ser calculada para os ramos não-vida pelo correspondente a 5% dos custos com sinistros ocorridos e declarados no exercício, e para o ramo vida pelo correspondente a 1% dos custos com sinistros deduzidos dos respectivos vencimentos e resgates e das importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.



Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

(u) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente: o ramo vida, os ramos não-vida e o serviço de gestão de investimentos.

2.5. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a EMOSE necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da Companhia, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora



estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A EMOSE procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos, mas ainda não participados (IBNR), e a estimativas para sinistros ocorridos, mas não reportados adequadamente (IBNR).

As principais estimativas e pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades relativas às modalidades de seguro de vida e acidentes de trabalho foram os seguintes:

Pressupostos para o ramo vida e acidentes de trabalho	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto de longo prazo - Seguro individual	11,60% p.a.	12,0% p.a.
Taxa de desconto de longo prazo - Pensões em pagamento	8,0% p.a.	8,0% p.a.
Inflação	N/A	6,18% p.a.
Inflação de despesas	8.70% p.a	8.18% p.a
Mortalidade subjacente	100% SA85-90	100% SA85-90
Encargos com Covid - 19	N/A	5%
Mortalidade – Anuidades	a(55) tabua de mortalidade	a(55) tabua de mortalidade
Despesas - Vida individual	MZN 7.000 p.a	MZN 7.000 p.a
Despesas - Anuidades em pagamento	MZN 3.500 p.a	MZN 3.500 p.a
Despesas - Seguro de grupo	5% das responsabilidades	5% das responsabilidades
Taxa de câmbio	USD 1=MZN63,72	USD 1=MZN63,84

Imparidade de contas a receber

A Companhia, reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas do Conselho de Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente, à análise de imparidade individual, a Companhia, efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

No que respeita à imparidade sobre prémios em cobrança, a Companhia, relativamente aos prémios não anulados por falta de pagamento, utiliza o método de percentagem de receita líquida gerado para cada um dos ramos com recibos pendentes de cobrança.

O Conselho de Administração considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.



Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A Companhia, reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, nomeadamente para os edifícios de uso próprio, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Companhia.

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível no mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos a cerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras. No entanto, quando o justo valor não pode ser razoavelmente determinado com base nas técnicas de avaliação, o instrumento financeiro é mensurado ao custo.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a EMOSE é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda do Conselho de Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão periódica.

Justo valor das propriedades de investimento e reavaliação dos edifícios de uso próprio

Conforme referido nas notas 4.6 e 4.7, os edifícios de uso próprio e de rendimento (propriedades de investimento) são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efectuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos edifícios, são efectuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transacção, normalmente o valor de mercado (justo valor). As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de mercado, abordagem do custo e abordagem do rendimento.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado.



No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes activos na data do balanço.

A Companhia considera que os edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efectuadas para apurar o respectivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização actual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos edifícios de uso próprio, os respectivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

No caso das Propriedades de investimento, os ganhos e perdas resultantes da determinação do justo valor dos edifícios são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Pressupostos de avaliação:

A nossa avaliação tem por base um conjunto alargado de pressupostos e critérios de avaliação que contribuem para a formação do Valor de Mercado determinado. Desta forma, adoptámos os seguintes critérios para determinação do Valor pelo Método do Rendimento:

- 1) Imóveis de Rendimento tendo por base a IAS 40 (Propriedades de Investimento); e
- 2) Imóveis para o uso próprio tendo por base a IAS16 (Activos Fixos Tangíveis).

Desta forma, adoptámos de forma transversal o Método do Rendimento (recomendado pelo RICS), onde utilizamos os seguintes critérios para determinar o Justo Valor dos Imóveis:

- a) Nas avaliações anteriores a informação relativa à Área Bruta de Construção não nos permitia efectuar uma distinção entre usos para cada edifício, pelo que adoptámos na determinação do Valor de cada imóvel uma renda média para a totalidade da área Bruta Locável. Sabendo que as rendas variam consideravelmente de uso para o uso, pelo que adoptámos uma postura conservadora e tentámos sempre utilizar uma renda mais baixa do que a praticada no mercado por forma a mitigar o risco de sobreavaliação do activo;
- b) Por outro lado, face à incerteza desta renda e do próprio mercado, adoptámos igualmente como medida de mitigação de risco, uma taxa de rentabilidade acima da média do mercado. Estes dois factores conjugados permitiram atenuar o risco de sobreavaliação dos activos por desconhecimento detalhado de cada imóvel;
- c) Na presente avaliação foi possível efectuar uma visita e inspecção física de todos os imóveis localizados em Moçambique, permitindo igualmente efectuar medições rigorosas e apurar a divisão da Área Bruta Locável total por tipo e por uso. Desta forma, procedemos ao ajustamento das rendas de mercado para cada imóvel, permitindo assim obter uma renda objectiva e dentro dos parâmetros do mercado;
- d) Em função de cada tipo de imóvel, localização específica e usos, adoptámos uma renda de mercado ajustada à nossa análise de Mercado para cada cidade;
- e) Tendo agora conhecimento da realidade e condição física dos imóveis procedemos igualmente ao ajustamento das taxas de rentabilidade em cada imóvel;

- f) A visita e inspecção dos imóveis permitiu-nos igualmente perceber qual a sua condição/vetustez e estimar um custo para obras de beneficiação e reabilitação dos mesmos, que foi deduzida aos valores por capitalização determinados.
- g) Conforme indicado na Metodologia adoptada, considerámos as seguintes percentagens médias por tipo de uso principal de cada edifício. Admitimos que para cada tipo de uso uma percentagem que em nosso entender equivale ao nível de custos não recuperáveis numa situação de arrendamento, nomeadamente, IPRA, Seguro Patrimonial, investimento pontual em manutenção correctiva, etc.

Custos operacionais não recuperáveis	Com base na nossa experiência de avaliação adoptámos as seguintes percentagens por uso, que reflectem o montante de custos não recuperáveis pelo senhorio:		
	Escritórios e Serviços	Entre 3.5% e 6.0% (*)	
	Retalho	5.0%	
	Habitação	3,5%	
	Mistos / Outros	5.0%	

All-Risks-Yield (ARY)	Adoptamos as seguintes Taxas de Rentabilização em função do tipo de uso do imóvel e por cidade e província.		
	Maputo Cidade	Serviços Retalho Habitação Mistos / Outros	Entre 10.0% e 12.0% Entre 10.0% e 12.0% Entre 8.0% e 10.0% Em média 12.0%
	Cidade da Matola	Retalho	12.0%
	Cidade da Beira e Nampula	Entre 10.0% e 14.0%	
	Gaza e Cabo Delgado	Entre 12.0% e 14.0%	
	Restantes localizações	Utilizámos uma ARY homogénea de 14.0%	
	Cidade de Lisboa	Utilizámos 5.5% para residencial e 7.0% para escritórios	

*Existem imóveis de escritórios e serviços que na realidade constituem edifícios habitacionais ou de retalho adaptados para o uso de escritórios. Nessas situações baixamos a percentagem para reflectir o tipo de estrutura de custos operacionais não recuperáveis.

- h) Relativamente á taxa para reflectir a desocupação e incobráveis considerámos uma percentagem ajustada á dimensão do imóvel e sua localização;
- i) Relativamente ás taxas de Rentabilidade ou All-Risks-Yield considerámos uma taxa ajustada a cada imóvel considerando o segmento de mercado, localização e qualidade, estando devidamente ajustadas ao inerente Risco de Mercado associado á cidade onde se localiza. Na análise de mercado foi feita uma análise das taxas de rentabilidade por cidade e tipo de imóvel.
- j) Relativamente á taxa de crescimento das rendas, foi adoptada uma percentagem média entre 1.0% e 2.5%, reflectindo assim o crescimento médio verificado nos últimos anos no imobiliário. Estas taxas podem medir-se essencialmente na cidade de Maputo, Matola, Beira e Nampula;
- k) Não foi deduzido ao valor do imóvel qualquer custo de transacção, uma vez que a SISA (Imposto de Transacção de Imóveis) é uma responsabilidade exclusiva do comprador; e
- l) Foi considerado na avaliação, igualmente, que o imóvel se encontra livre de quaisquer ónus ou restrições que impeçam a sua livre transacção. O valor reportado considera a transferência do bem livre de quaisquer hipotecas e/ou dívidas.



Métodos de avaliação:

As avaliações dos edifícios, são efectuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transacção, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

As técnicas de avaliação, normalmente, utilizadas são:

- a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efectivas de aquisição em relação aos edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado actual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;
- c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do edifício mediante o quociente entre a renda anual efectiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado.

No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela EMOSE com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que o Conselho de Administração efectue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.



2.6. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 não ocorreram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas.

3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de ramo vida, ramo não vida e investimentos (conta não técnica).

A definição destes segmentos de negócios foi efectuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com excepção dos Activos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos (que já estavam registados por ramos de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticals)

Balço por segmentos:

	31-Dez-2022			31-Dez-2021	
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de gestão de investimentos	Total	Total
ACTIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	56 044 285	344 272 038	-	400 316 324	159 947 707
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	60 493 201	-	-	60 493 201	35 130 935
Activos financeiros disponíveis para venda	1 124 106 813	1 060 194 458	-	2 184 301 271	2 120 227 925
Empréstimos e contas a receber	347 875 000	696 541 209	23 036	1 044 439 245	1 405 763 045
Investimentos a deter até a maturidade	534 996 337	215 807 595	-	750 803 932	490 322 402
Edifícios	1 878 488 308	3 253 813 839	4 755 262 353	9 887 564 501	9 854 815 828
Outros activos tangíveis e intangíveis	-	-	185 433 918	185 433 918	172 119 343
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 695 305	955 892 477	-	958 587 781	1 176 183 418
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	446 208 791	-	-	446 208 791	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	172 350 199	1 813 133 111	268 493 263	2 253 976 572	1 924 048 942
Activos por impostos	129 937 009	520 902 536	-	650 839 545	479 795 669
Acréscimos e diferimentos	16 933 611	67 884 900	-	84 818 511	91 748 202
Outros elementos do activo	3 479 653	13 949 529	-	17 429 181	18 902 407
Total do activo	4 773 608 513	8 942 391 692	5 209 212 569	18 925 212 774	17 929 005 823
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
PASSIVO					
Provisões técnicas	3 310 305 309	2 963 595 532	-	6 273 900 841	5 473 978 571
Empréstimos bancários	-	-	171 598 783	171 598 783	130 888 017
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	896 791 698	-	-	896 791 698	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	286 959 519	1 215 172 142	73 054 278	1 575 185 939	1 394 957 323
Passivos por impostos	56 625 799	227 006 322	3 643 703 292	3 927 335 413	3 940 787 343
Outros passivos correntes	16 266 540	65 210 688	-	81 477 227	58 043 426
Outras provisões	-	164 347 624	-	164 347 624	122 620 212
Total do passivo	4 566 948 865	4 635 332 307	3 888 356 353	13 090 637 525	11 121 274 892
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	232 993 631	62 006 369	-	295 000 000	295 000 000
Acções próprias	(3 256 740)	-	-	(3 256 740)	(3 256 740)
Desconto de emissão	(58 378 060)	-	-	(58 378 060)	(58 378 060)
Reservas de reavaliação	1 349 112 226	540 240 655	70 376 661	1 959 729 542	2 166 459 195
Outras reservas	-	-	1 796 120 001	1 796 120 001	2 593 646 757
Resultados transitados	-	-	1 897 881 546	1 897 881 546	3 007 820 312
Resultados do exercício	(134 108 651)	62 534 297	19 053 315	(52 521 039)	(1 193 560 534)
Total do Capital Próprio	1 447 997 206	664 781 321	3 783 431 522	5 834 575 249	6 807 730 930
Total do Passivo e do Capital Próprio	6 014 946 071	5 300 113 629	7 671 787 875	18 925 212 774	17 929 005 823

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticais)

Ganhos e perdas por segmentos:

2022

GANHOS E PERDAS	Ramo Vida	Ramos não Vida	Serviços de gestão de investimentos	Totais do Exercício	Valores em Meticais
					Totais do Exercício anterior
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	940 393 547	1 275 034 396	-	2 215 427 943	2 047 543 941
Prémios brutos emitidos	960 517 155	3 850 602 872	-	4 811 120 027	4 224 093 986
Prémios de resseguro cedido	(20 123 608)	(2 405 784 603)	-	(2 425 908 211)	(2 271 544 667)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(217 512 546)	-	(217 512 546)	40 789 235
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	47 728 674	-	47 728 674	54 205 387
Custos com sinistros líquidos de resseguro	306 636 585	502 296 758	-	808 933 342	1 006 431 464
Montantes pagos					
Montantes brutos	277 900 483	2 273 336 404	-	2 551 236 887	2 181 914 102
Parte dos resseguradores	(2 139 538)	(1 752 664 562)	-	(1 754 804 100)	(1 314 775 045)
Provisão para sinistros (variação)					
Montante bruto	30 875 640	(272 331 837)	-	(241 456 197)	269 221 428
Parte dos resseguradores	-	253 956 752	-	253 956 752	(129 929 022)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	192 953 544	-	192 953 544	(63 734 902)
Provisão matemática do ramo vida líquida de resseguro	612 100 000	73 061 940	-	685 161 940	(296 199 817)
Montante bruto.	604 400 000	73 061 940	-	677 461 940	(299 699 817)
Parte dos resseguradores,	7 700 000	-	-	7 700 000	3 500 000
Custos de exploração líquidos					
Custos de aquisição	312 654 399	845 543 694	-	1 158 198 093	995 588 236
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(42 023 838)	-	(42 023 838)	(3 455 752)
Custos administrativos	132 564 440	486 045 593	-	618 610 034	597 133 478
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(1 679 935)	(157 167 933)	-	(158 847 868)	(138 246 527)
Ganhos / (perdas) líquidos em activos ao justo valor através de resultados	11 158 739	23 492 288	28 019 580	62 670 607	(1 108 052 774)
Rendimentos					
Outros	328 040 800	504 001 057	-	832 041 857	476 750 509
Custos financeiros					
Outros.	11 372 529	40 902 489	-	52 275 017	50 460 227
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
De activos disponíveis para venda	10 419 379	16 008 307	-	26 427 686	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(49 284 765)	189 467 616	-	140 182 851	(503 635 166)
Outros rendimentos/gastos	(3 294 514)	(5 061 683)	-	(8 356 198)	(305 858 426)
Resultado antes de imposto	(136 214 832)	61 329 735	28 019 580	(46 865 517)	(1 541 228 321)
Impostos diferidos	2 106 181	1 204 562	(8 966 266)	(5 655 523)	435 175 643
Resultado líquido do exercício	(134 108 651)	62 534 297	19 053 315	(52 521 039)	(1 193 560 534)



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica de caixa e equivalentes de caixa decompõem-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Caixa	4 023 375	5 939 465
Depósitos à ordem	396 292 949	154 008 242
Valor de balanço	<u>400 316 324</u>	<u>159 947 707</u>

4.2. Investimentos em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas apresentam-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	5 320 000
EMOSE Imobiliária, Lda	3 000 000	3 000 000
Sociedade Moçambique Previdente-SGFP	49 007 819	32 002 844
Liberty Blue Consultancy, Lda.	8 485 382	128 091
	<u>65 813 201</u>	<u>40 450 935</u>
Imparidade	(5 320 000)	(5 320 000)
Valor de balanço	<u>60 493 201</u>	<u>35 130 935</u>

As percentagens de participação nas filias acima referidas são de 80%, 99,99% e 80% e 51%, para a SMI – Sociedade de Manutenção Imobiliária e IMENSIS – Sociedade de Gestão de Empreendimentos Imobiliários, Emose imobiliária e Sociedade Moçambique Previdente, respectivamente. Na Liberty Blue Consultancy, Lda., a participação social é de 25%.

Abaixo segue o movimento das perdas por imparidade reconhecidas nos investimentos em filiais:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
A 1 de Janeiro	5 320 000	5 320 000
Utilização	-	-
A 31 de Dezembro	<u>5 320 000</u>	<u>5 320 000</u>

Sempre que exista informação fiável, os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são mensurados ao justo valor, sendo que, na sua impossibilidade são reconhecidos pelo seu custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.



Abaixo, segue, a informação financeira resumida da associada:

		<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Capital Próprio</u>	<u>Resultado Líquido</u>
Liberty Blue Consultancy	31-Dez-2022	95 502 920	61 561 393	33 941 527	18 110 622
Liberty Blue Consultancy	31-Dez-2021	61 053 133	45 222 228	15 830 905	-6 172 163

4.3. Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Açucareira de Moçambique	46 691	46 691
Banco Internacional de Moçambique	1 464 117 959	1 670 693 274
Standard Bank	85	85
Cimentos de Moçambique	699 303	699 303
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	46 052 016	46 052 016
Emeritus Resseguros, S.A	77 039 277	38 037 678
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	113 278 888	113 278 888
SOCIMO - Sociedade de Comércio e Indústria de Moçambique	11 443 282	11 443 282
Tintas CIN Moçambique	1 776	1 776
Banco BIG, S.A	242 578 286	231 750 832
Cervejas de Moçambique, S.A	2 580 401	2 224 100
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	4 700 000	6 000 000
Tropigalia, S.A	221 763 306	-
	<u>2 184 301 270</u>	<u>2 120 227 925</u>
Varição no justo valor	(158 755 381)	88 552 250

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se mensurados ao justo valor (nota 2.4 alínea c)), com excepção das participações financeiras discriminadas no quadro a seguir, para as quais não foi possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticais)

	% de participação	Quantia escriturada	
		31-Dez-2022	31-Dez-2021
Custo histórico			
EMOSE Imobiliária, Lda	99,90%	3 000 000	3 000 000
		3 000 000	3 000 000
Justo valor			
Standard Bank	0,00%	85	85
Açucareira de Moçambique	0,01%	46 691	46 691
Banco Internacional de Moçambique	4,15%	1 464 117 959	1 670 693 274
Banco BIG, S.A	11,15%	242 578 286	231 750 832
Cimentos de Moçambique	1,66%	699 303	699 303
Emeritus Resseguros, S.A	5,00%	77 039 277	38 037 678
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	1,70%	113 278 888	113 278 888
SOCIMO - Sociedade de Comércio e Indústria de Moçambique	10,00%	11 443 282	11 443 282
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	10,00%	46 052 016	46 052 016
Sociedade Moçambique Previdente-SGFP	80,00%	49 007 819	32 002 844
Tintas CIN Moçambique	0,01%	1 776	1 776
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	0,00%	4 700 000	6 000 000
Liberty Blue Consultancy, Lda.	25,00%	8 485 382	128 091
Cervejas de Moçambique, S.A	0,02%	2 580 401	2 224 100
Tropigalia, S.A	6,00%	221 763 306	-
		2 241 794 471	2 152 358 860
		2 244 794 471	2 155 358 860

O total de perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em 31 de Dezembro de 2022 ascendeu a 158 755 381 Meticais (2021: 88 552 250 Meticais, de ganhos), tendo o ganho sido reconhecido no Capital próprio na rubrica de reservas de reavaliação – ajustamentos no justo valor de activos financeiros.



4.4. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de Empréstimos e contas a receber é essencialmente constituída pelos depósitos a prazo existentes no fim do ano.

A decomposição dos depósitos a prazo por moeda é como se segue:

		<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Dólares Norte-Americanos	(i)	347 875 000	341 280 000
Rands	(ii)	149 916 000	152 845 000
Metical	(iii)	546 625 209	911 615 009
Valor de balanço		<u>1 044 416 209</u>	<u>1 405 740 009</u>

(i) Corresponde a 1 (um) depósito em Dólares, constituído nas seguintes modalidades:

- NEDBANK - USD 5 500 000 em 03 de Agosto de 2022 por um período de 180 dias e, rende juros a uma taxa anual de 2.7%.

(ii) Corresponde a 3 (três) depósitos em Rands, constituído nas seguintes modalidades:

- Access Bank - ZAR 10 000 000 em 22 de Setembro de 2022 por um período de 180 dias e, rende juros a uma taxa anual de 5%.
- Access Bank - ZAR 20.300.000 em 06 de Dezembro de 2022 por um período de 180 dias e, rende juros a uma taxa anual de 6%.
- BCI - ZAR 10. 000. 000 em 20 de Setembro 2022 por um período de 181 dias e, rende juros a uma taxa anual de 5%.

(iii) Corresponde a 4 (quatro) depósitos em Meticais, constituído nas seguintes modalidades:

- BCI - 137 615 008,99 de Meticais em 03 de Julho de 2022 por um período de 365 dias e, rende juros a uma taxa anual de 10%.
- BCI - 65 000 000 de Meticais em 03 de Julho de 2022 por um período de 365 dias e, rende juros a uma taxa anual de 10%.
- Access Bank – 300 000 000 de Meticais em 15 de Julho de 2022 por um período de 180 dias e, rende juros a uma taxa anual de 12.4 %.
- BIM – 44 010 200 de Meticais em 01 de Setembro de 2022 por um período de 366 dias e, rende juros a uma taxa anual de 12%.

**4.5. Investimentos a deter até à maturidade**

Os saldos desta rubrica decompõem-se como se segue:

		<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Obrigações de Tesouro 2021 - 7ª série	(a)	49 750 995	49 750 995
Obrigações- Bayport 2021 - 1ª série	(b)	51 975 900	51 975 900
Obrigações Bayport 2021 - 1ª série	(c)	25 745 400	25 745 400
Obrigações Bayport 2021 - 3ª série	(d)	22 270 000	22 270 000
Obrigações Bayport 2021 - 3ª série	(e)	44 250 500	44 250 500
Obrigações de Tesouro 2021- 2ª série	(f)	100 000 000	100 000 000
Obrigações Bayport 2019 - 1ª série	(g)	21 814 800	21 814 800
Obrigações de Tesouro 2022 - 5ª série	(h)	100 000 000	-
Obrigações de Tesouro 2022 - 7ª série	(i)	71 496 300	-
Obrigações de Tesouro 2022 - 7ª série	(j)	164 000 037	-
Obrigações de Tesouro 2021 - 8ª série	(k)	99 500 000	-
Bilhetes do Tesouro - Banco BiG		-	80 764 679
Bilhetes de Tesouro - Banco de Moçambique		-	93 749 984
Ajustamento em títulos		-	144
		<u>750 803 932</u>	<u>490 322 402</u>

(a) Obrigações de Tesouro 2021 - 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 09 de Agosto de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa de 14,25%. Os juros são pagos trimestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

(b) Obrigações- Bayport 2021 - 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 21 de Maio de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual às taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

(c) Obrigações Bayport 2021 - 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 21 de Maio de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual às taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.



- (d) Obrigações Bayport 2021 - 3ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 27 de Julho de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual à média das taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (e) Obrigações Bayport 2021 - 3ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 27 de Julho de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual à média das taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (f) Obrigações de Tesouro 2021 - 2ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 24 de Fevereiro de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa de 13% durante os primeiros 2 pagamentos e variável nos 8 últimos pagamentos. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (g) Obrigações Bayport 2019 – 1ª série, adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 12 de Abril de 2024, e rende juros a uma taxa anual fixa de 20%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado, de uma só vez, na data de vencimento.
- (h) Obrigações de Tesouro 2022- 5ª série - foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 11 de Maio de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa de 17% . Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (i) Obrigações de Tesouro 2022 - 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 4 anos, tendo o seu vencimento em 10 de Agosto de 2026 e rende juros a uma taxa Anual de 17.75% . Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (j) Obrigações de Tesouro 2022 - 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 4 anos, tendo o seu vencimento em 10 de Agosto de 2026 e rende juros a uma taxa Anual de 17.75% . Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (k) Obrigações de Tesouro 2021 – 8ª série - foram adquiridas pelo prazo de 4 anos, tendo o seu vencimento em 22 de Setembro de 2025 e rende juros a uma taxa Anual de 14% . Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.



4.6. Activos tangíveis e intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica de activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2021	Aquisições	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2022
Activo bruto						
Edifícios	2 028 287 923	14 197 475	(22 285 628)	-	-	2 020 199 770
Parque de vistorias	2 659 157	-	-	-	-	2 659 157
Equipamento Administrativo	49 831 776	5 173 806	-	-	-	55 005 582
Máquinas e Ferramentas	278 126	7 300	-	-	-	285 426
Hardware	135 547 458	3 471 235	-	12 989 533	-	152 008 226
Instalações Interiores	8 133 064	544 050	-	-	-	8 677 114
Material de Transporte	237 704 611	28 712 027	-	-	-	266 416 638
Outro Equipamento	52 172 077	6 226 396	-	-	-	58 398 473
Investimentos em curso	1 867 601	-	-	-	-	1 867 601
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	12 989 533	-	-	(12 989 533)	-	0
Outros activos	791 937	9 062 053	-	-	-	9 853 990
	2 530 263 262	67 394 342	(22 285 628)	-	-	2 575 371 976
	31-Dez-2021	Depreciações do exercício	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2022
Depreciações acumuladas						
Edifícios	474 506 148	123 166 327	-	-	-	597 672 475
Equipamento Administrativo	25 084 780	4 132 405	-	-	-	29 217 185
Máquinas e Ferramentas	246 201	9 275	-	-	-	255 477
Hardware	121 555 111	7 422 653	-	(189 847)	-	128 787 918
Instalações Interiores	5 203 320	334 476	-	-	-	5 537 796
Material de Transporte	148 242 874	32 740 783	-	(86 567)	(6 337 973)	174 559 117
Outro Equipamento	30 127 875	3 990 615	-	(1 688 862)	(167 890)	32 261 738
	804 966 309	171 796 534	-	(1 965 276)	(6 505 862)	968 291 705
Valor líquido	1 725 296 953					1 607 080 271

O movimento ocorrido nos edifícios de uso próprio, em referência a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, considerando o seu custo de aquisição e as revalorizações do exercício, apresenta-se como segue:

	31-Dez-2022				
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização acumulado	Beneficiações do exercício	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2021
Edifícios de uso próprio	140 093 683	1 290 521 765	14 197 475	(22 285 628)	1 422 527 295
	140 093 683	1 290 521 765	14 197 475	(22 285 628)	1 422 527 295
	31-Dez-2021				
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização acumulado Reexpresso	Beneficiações do exercício	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2020 Reexpresso
Edifícios de uso próprio	122 641 759	1 491 883 403	17 451 924	(78 195 312)	1 553 781 775
	122 641 759	1 491 883 403	17 451 924	(78 195 312)	1 553 781 775



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticals)

O movimento registado na rubrica de activos tangíveis em 31 de Dezembro de 2021, é analisado como segue:

	31-Dez-2020 Reexpresso	Aquisições	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2021
Activo bruto						
Edifícios	2 089 031 310	-	(78 195 312)	17 451 924	-	2 028 287 923
Parque de vistorias	2 659 157	-	-	-	-	2 659 157
Equipamento Administrativo	44 195 348	5 636 428	-	-	-	49 831 776
Máquinas e Ferramentas	263 578	14 548	-	-	-	278 126
Hardware	128 420 802	7 126 656	-	-	-	135 547 458
Instalações Interiores	8 016 205	116 860	-	-	-	8 133 064
Material de Transporte	179 493 870	60 370 000	-	-	(2 159 259)	237 704 611
Outro Equipamento	49 475 775	2 696 301	-	-	-	52 172 077
Investimentos em curso	1 867 601	-	-	-	-	1 867 601
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	0	12 989 533	-	-	-	12 989 533
Outros activos	250 085	541 852	-	-	-	791 937
	2 503 673 731	89 492 177	(78 195 312)	17 451 924	(2 159 259)	2 530 263 262
	31-Dez-2020 Reexpresso	Depreciações do exercício	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2021
Depreciações acumuladas						
Edifícios	342 662 910	131 843 238	-	-	-	474 506 148
Equipamento Administrativo	21 471 350	3 613 428	-	3	-	25 084 780
Máquinas e Ferramentas	232 216	13 986	-	-	-	246 201
Hardware	100 771 446	20 783 665	-	-	-	121 555 111
Instalações Interiores	4 906 366	296 954	-	-	-	5 203 320
Material de Transporte	124 001 989	26 400 143	-	-	(2 159 259)	148 242 874
Outro Equipamento	26 569 594	3 558 284	-	(3)	-	30 127 875
	620 615 871	186 509 697	-	-	(2 159 259)	804 966 309
Valor líquido	1 883 057 860					1 725 296 953

O movimento registado na rubrica de activos intangíveis em 31 de Dezembro de 2022 é analisado como segue:

	31-Dez-2021	Aquisição	Venda / Abate	Transferências / regularizações	31-Dez-2022
Activo bruto					
Software	117 962 663	276 776	-	-	118 239 439
	117 962 663	276 776	-	-	118 239 439
	31-Dez-2021	Depreciações do exercício	Venda / Abate	Transferências / regularizações	31-Dez-2022
Depreciações acumuladas					
Software	117 358 498	-	-	-	117 358 498
	117 358 498	-	-	-	117 358 498
Valor líquido	604 165				880 941



O movimento registado na rubrica de activos intangíveis em 31 de Dezembro de 2021 é analisado como segue:

	31-Dez-2020	Aquisição	Venda / Abate	Transferências / regularizações	31-Dez-2021
Activo bruto					
Software	116 556 369	1 406 294	-	-	117 962 663
	116 556 369	1 406 294	-	-	117 962 663
	31-Dez-2020	Depreciações do exercício	Venda / Abate	Transferências / regularizações	31-Dez-2021
Depreciações acumuladas					
Software	110 315 607	7 042 891	-	-	117 358 498
	110 315 607	7 042 891	-	-	117 358 498
Valor líquido	6 240 762				604 165

4.7. Propriedades de investimento

	31-Dez-2021	Aumentos / Transferências	Beneficiações	Avaliação Justo valor	31-Dez-2022
Propriedades de investimento	8 301 034 053	86 173 443	15 159 102	62 670 607	8 465 037 206
	8 301 034 053	86 173 443	15 159 102	62 670 607	8 465 037 206
	31-Dez-2020	Aumentos / Transferências	Beneficiações	Avaliação Justo valor	31-Dez-2021
Propriedades de investimento	9 381 150 100	-	27 936 727	(1 108 052 774)	8 301 034 053
	9 381 150 100	-	27 936 727	(1 108 052 774)	8 301 034 053

O aumento / transferência verificado (a) nas propriedades de investimento está associado a incorporação do imóvel executado à empresa Construções CCM, Lda., dado como contra-garantia no Seguro de garantia de crédito bancário após conclusão dos formalismos legais de transferência de propriedade a favor da EMOSE.

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento, em referência a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, considerando o seu custo de aquisição e as alterações de justo valor do exercício, apresenta-se como segue:



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2022				
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização <u>acumulado</u>	Beneficiações do exercício	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2020
Propriedades de investimento	530 004 114	7 857 203 382	15 159 102	62 670 607	8 465 037 206
	530 004 114	7 857 203 382	15 159 102	62 670 607	8 465 037 206

	31-Dez-2021				
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização <u>acumulado</u> Reexpresso	Beneficiações do exercício	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2020
Propriedades de investimento	329 720 501	9 051 429 599	27 936 727	(1 108 052 774)	8 301 034 053
	329 720 501	9 051 429 599	27 936 727	(1 108 052 774)	8 301 034 053

4.8. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido decompõem-se como se segue:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Provisão para prémios não adquiridos (PPNA)	369 703 229	321 974 555
Provisão matemática do ramo vida	1 400 000	9 100 000
Provisão para sinistros	587 484 552	845 108 862
	958 587 781	1 176 183 418

A 31 de Dezembro de 2022, o valor de cada uma das provisões técnicas de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição por ramos:

	PPNA	Provisão matemática do ramo vida	Provisão para sinistros
Ramo Vida	-	1 400 000	1 295 305
Acidentes de Trabalho	-	-	2 424
Acidentes Pessoais e Doença	190 640 755	-	0
Incêndio e Elementos da Natureza	52 613 918	-	159 580 922
Automóvel	4 355 904	-	20 984 001
Marítimo	17 071 337	-	11 259 328
Aéreo	39 623 279	-	361 257 395
Transportes	92 859	-	97
Responsabilidade Civil Geral	867 864	-	412
Diversos	64 437 314	-	33 104 668
Ramos Não-vida	369 703 229	-	586 189 247
	369 703 229	1 400 000	587 484 552



A 31 de Dezembro de 2021, o valor de cada uma das provisões técnicas de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição por ramos:

	PPNA	Provisão matemática do ramo vida	Provisão para sinistros
Ramo Vida	-	9 100 000	1 295 305
Acidentes de Trabalho	-	-	1 213 320
Acidentes Pessoais e Doença	186 403 863	-	2 930 808
Incêndio e Elementos da Natureza	49 354 601	-	425 397 486
Automóvel	7 289 637	-	22 724 000
Marítimo	16 126 341	-	3 935 217
Aéreo	52 857 118	-	361 023 755
Transportes	80 853	-	97
Responsabilidade Civil Geral	1 787 489	-	412
Diversos	8 074 653	-	26 588 462
Ramos Não-vida	321 974 555	-	843 813 558
	321 974 555	9 100 000	845 108 862

4.9. Activos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

A Companhia contribui para o plano de benefícios pós-emprego.

Os Colaboradores no activo, têm direito a uma pensão vitalícia no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o associado comunique formalmente à Entidade Gestora, no prazo máximo de 6 (seis) meses após essa data.

O montante de contribuição normal para o Fundo de pensões a ser efectuada pela Companhia durante o próximo período anual é de **119 346 341,00MZN**.

Plano de Benefícios Fundo de Pensões Fechado EMOSE

O plano de pensões do fundo é de benefício definido, sendo de adesão individual e voluntária, dos membros com vínculo como trabalhadores a tempo inteiro, com contrato por tempo indeterminado com a EMOSE, com os seguintes benefícios:

a. Benefícios na reforma por Velhice - Idade

Todo participante ao atingir a idade normal de reforma obtém o direito à pensão e reforma por velhice contemplada neste plano de pensões desde que o Associado comunique formalmente por escrito à Entidade Gestora, no prazo máximo de 6 (seis) meses após essa data. A pensão de reforma por idade é vitalícia com um crescimento anual de 5%.

b. Benefícios em caso de Invalidez Total e Permanente

Todo participante que, antes de atingir a idade normal de reforma, se encontre definitivamente incapacitado de trabalhar e seja considerado inválido pela Junta Nacional de Saúde, terá direito a receber um capital, correspondente a 12 salários e uma pensão de invalidez.

Estes benefícios são totalmente suportados através de um contrato de seguro.



Após atingir a idade normal de reforma, passa a receber uma pensão a ser paga pelo Fundo.

A pensão de invalidez total e permanente será paga mediante a apresentação da declaração em vida do participante e no caso de indisponibilidade, serão usados instrumentos legais para a indicação de herdeiros legais.

A pensão em caso de invalidez total e permanente será fixada em 10% do salário na data da homologação, sujeita a um incremento à taxa de 5% ao ano.

c. Benefícios em caso de morte

1. Morte do participante no Activo

- Capital por morte (48 meses)

Suportado através de um contrato de seguro.

- Contribuições e juros

O Fundo procederá ao reembolso aos beneficiários das contribuições acumuladas do participante acrescido de juros.

2. Morte do Pensionista

Pagar-se-à ao cônjuge sobrevivente 50% da Pensão que o pensionista falecido auferia na data de morte, com um crescimento à taxa de 5% ao ano, tendo em atenção o disposto no número 4 do contrato constitutivo.

d. Benefícios de garantia na reforma

- Para o presente Fundo, o benefício de garantia é a responsabilidade assumida pelo Fundo de pagar mensalmente a pensão apurada na data da reforma do participante, até completar 24 pensões, independentemente de o pensionista estar vivo ou não, desde que reunidos os requisitos legais para a reforma normal e consequente constituição deste pensionista.
- Excepcionalmente a garantia das 24 pensões poderá ser paga de forma adiantada.
- O pagamento da pensão adiantada está sujeita a um período de carência de três anos após aprovação do Fundo, salvaguardada a viabilidade financeira do Fundo
- Durante o período de garantia, ocorrendo a morte do pensionista, fica vedada a possibilidade de pagamento adiantado das pensões remanescentes, devendo estas, serem pagas mensalmente até completar os 24 meses, findos os quais a pensão será convertida em pensão de sobrevivência a favor do cônjuge sobrevivente ou pessoa de união de facto, reduzido a 50% da pensão normal.
- Ocorrendo a morte do pensionista e do cônjuge ou pessoa em união de facto durante o período de garantia, a pensão será paga mensalmente a favor dos beneficiários indicados na declaração individual até completar o período de garantia em falta.

O Fundo de pensões constitui um plano de benefícios definido, com duração ilimitada, cujo património está exclusivamente afecto ao pagamento das pensões estabelecidas no contrato constitutivo.

Os benefícios do presente plano estão previamente definidos e só serão atribuídos aos participantes no âmbito do contrato constitutivo, sendo o fundo de pensões exclusivamente financiado por contribuições dos associados.

O Fundo de Pensões Fechado EMOSE foi constituído e é gerido de acordo com o Decreto nº 25/2009, de 17 de Agosto.

A política de investimento procura garantir que os activos sob gestão limitem o risco maximizando a sua rentabilidade e, garantindo que os activos são suficientes para a cobertura das responsabilidades assumidas pelo Fundo, e ainda salvaguardando:

- O adequado grau de liquidez para cumprir com o pagamento de pensões e capitais de remição de pensões;



- Limitação e mitigação de riscos financeiros;
- Diversidade e dispersão prudencial de activos, com vista a evitar acumulação e uma excessiva concentração.

À data de 31 de Dezembro de 2022, o número de participantes do Fundo de Pensões Fechado EMOSE é como se segue:

Membros Activos	31-Dez-2022
Membros Activos	344
Idade média (anos)	41,7
Média de serviços passados (anos)	14,8
Média do Salário anual pensionável	1 095 771
Pensionistas	31-Dez-2022
Nº de Pensionistas	19
Idade Média	60,20 Anos
Pensal Média anual (MZN)	620 202

De acordo com a política descrita na nota 2.4(r), as responsabilidades da Companhia por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como se segue:

	31-Dez-2022
Responsabilidades por benefícios projectados	
Reformados e pensionistas	-126 814 272
Pessoal no activo	-712 640 000
Outros passivos	-57 337 426
	-896 791 698
Valor dos activos	446 208 791
Défi ce	-450 582 907

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados é analisada como se segue:

	31-Dez-2022
Valor das responsabilidades no início	491 540 141
Custo de Juros	60 402 788
Contribuição dos trabalhadores	14 625 847
Custo do serviço actual do empregador	21 378 210
Pagamentos efectuados no Fundo	-11 682 302
Ganhos/(perdas) nos pressupostos financeiros	20 199 520
Ganhos/(perdas) Actuariais	242 990 068
Outros passivos	57 337 426
	896 791 698



A evolução do valor dos activos do Plano de Benefícios da Companhia pode ser analisada como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>
Valor do activo início do período	290 588 224
Rendimento esperado	40 142 079
Contribuições da EMOSE	102 102 602
Benefícios pagos pelo Fundo	-11 682 302
Ganhos/ Perdas actuariais	-32 278 238
Outros activos	57 336 426
	<u>446 208 791</u>

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>Peso</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	278 446 330	62%
Depósitos a prazo	20 350 000	5%
Depósitos à ordem	52 181 461	12%
Outros activos	95 231 001	21%
	<u>446 208 791</u>	<u>100%</u>

Pressupostos actuariais para cálculo das responsabilidades:

	<u>31-Dez-2022</u>
Idade de reforma Homem	60
Idade de reforma Mulher	55
Proporção de casados até a reforma	80%
Proporção de reformados casados	80%
Homens casados de idades superiores a das Mulheres	3 Anos
Tábua de Mortalidade	PA(90) +3
Taxa de desconto	11,80%
Taxa de rendimento do fundo	11,80%
Inflação geral	5,70%
Inflação de salários/aumento de salários	6,70%
Crescimento das pensões	5,00%
Taxa de juro pós-reforma	4,82%
Taxa líquida (taxa de desconto vs inflação salarial)	6,51%

**4.10. Valores a receber por operações de seguro directo**

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Tomadores de seguro	2 145 350 116	2 131 537 819
Mediadores de seguro	129 370 375	126 820 996
Co-seguradores	2 035 379	2 192 229
	<u>2 276 755 869</u>	<u>2 260 551 044</u>
Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo	<u>(688 010 707)</u>	<u>(828 193 558)</u>
	<u>1 588 745 162</u>	<u>1 432 357 485</u>

As perdas por imparidade reconhecidas nos valores a receber por operações de seguro directo foram as seguintes:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
A 1 de Janeiro	828 193 558	594 457 722
Reforço	92 847 459	254 186 229
Utilização	<u>(233 030 311)</u>	<u>(20 450 393)</u>
	<u>688 010 707</u>	<u>828 193 558</u>

4.11. Valores a receber por operações de resseguro

Os valores a receber por operações de resseguro são analisados como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Contas a receber por operações de resseguro	<u>243 057 335</u>	<u>31 597 276</u>
	<u>243 057 335</u>	<u>31 597 276</u>

**4.12. Valores a receber por outras operações**

Os valores a receber por outras operações são analisados conforme tabela seguinte:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Valores a receber do pessoal	18 627 391	16 009 023
Rendas de imóveis	719 519 231	714 860 769
Empréstimos hipotecários	110 977	104 477
Devedores por valores em depósito a)	139 391 246	103 504 203
Companhia de seguros Fidelidade b)	38 459 312	38 459 312
Construções CCM, Lda	-	86 173 443
Salvados	2 005 069	1 781 532
Outros valores a receber por outras operações	12 159 473	7 300 046
	930 272 698	968 192 805
Imparidade em valores a receber por outras operações	(508 098 623)	(508 098 623)
	422 174 075	460 094 182

- a) Os devedores por valores em depósito respeitam a valores cativos por ordem judicial, sendo devolvidos, a favor da Companhia, à medida em que os processos transitam em julgado e favoráveis à Companhia.
- b) Valores a receber relativos a rendas de Portugal que estavam sob gestão da Fidelidade em que as partes estão em contencioso desde 2018, sendo que, a Fidelidade condiciona a transferência à EMOSE. Estes valores encontram-se integralmente aprovisionados nas contas (vide nota 4.31).

As perdas por imparidade reconhecidas nos valores a receber por outras operações tiveram o seguinte movimento:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
A 1 de Janeiro	508 098 623	238 199 293
Reforço	-	269 899 330
	508 098 623	508 098 623

As perdas por imparidade reconhecidas no valor de 508 098 623 Meticais incluem: (i) 199 739 880 Meticais respeitam a valores a receber das rendas em cobrança de imóveis que estavam sob gestão da IMENSIS até Outubro de 2016; (ii) 269 899 330 Meticais, de rendas sob



gestão directa da EMOSE e; (iii) 38 459 313 Meticais de rendas que estavam sob gestão da Fidelidade em Portugal em que as partes estão em contencioso, sendo que, a Fidelidade condiciona a transferência dos valores das rendas para a EMOSE (Vide a nota 4.31).

4.13. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Títulos de dívida	40 616 779	18 761 975
Depósitos a prazo	34 222 048	57 538 581
Outros custos diferidos (a)	9 979 684	15 447 646
	<u>84 818 511</u>	<u>91 748 202</u>

(a) - Trata-se essencialmente de pagamentos de serviços de renovação de licenças informáticas no exercício 2022, cujo período de cobertura transcende ao ano corrente, tendo sido diferido o montante de 8 148 894 Meticais e o remanescente respeita a outros custos diferidos.

4.14. Outros elementos do activo

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Valores a regularizar - Movimento de bancos	549 373	693 664
Valores a regularizar - Diferenças de caixa	582 838	589 873
Correspondentes	16 077 580	16 074 041
Outros	219 392	1 544 829
	<u>17 429 181</u>	<u>18 902 407</u>



4.15. Outras provisões

O movimento desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
A 1 de Janeiro	122 620 212	11 192 496
Reforço	41 727 412	111 427 716
	<u>164 347 624</u>	<u>122 620 212</u>

O reforço verificado está associado a processos judiciais em curso, sendo que, da avaliação feita em função do risco associado, há maior probabilidade de condenação da Companhia.

4.16. Capital social

O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado, tendo como accionistas as seguintes entidades, pelas respectivas percentagens:

	<u>31-Dez-2022</u>			<u>31-Dez-2021</u>		
	Nº Acções	Valor	% de participação	Nº Acções	Valor	% de participação
Estado Moçambicano	115 050 000	115 050 000	39%	115 050 000	115 050 000	39%
IGEPE	91 450 000	91 450 000	31%	91 450 000	91 450 000	31%
GETCOOP	59 000 000	59 000 000	20%	59 000 000	59 000 000	20%
Outros	29 500 000	29 500 000	10%	29 500 000	29 500 000	10%
	<u>295 000 000</u>	<u>295 000 000</u>	100%	<u>295 000 000</u>	<u>295 000 000</u>	100%

4.17. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída através dos excedentes de revalorização dos edifícios de uso próprio e das variações no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda. Abaixo, segue o movimento ocorrido nesta rubrica:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Saldo inicial	2 166 459 195	2 248 989 689
Ajustamento	(206 729 653)	(82 530 494)
	<u>1 959 729 542</u>	<u>2 166 459 195</u>

**4.18. Outras reservas**

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Reserva legal	326 094 139	326 094 139
Reserva estatutária	2 189 235 227	2 189 235 227
Reserva para estabilização de dividendos	0	76 443 854
EMOSE Fundo de Pensões - Ganhos / (Perdas) Actuariais	(721 082 902)	-
Outras reservas	1 873 537	1 873 537
	<u><u>1 796 120 001</u></u>	<u><u>2 593 646 757</u></u>

Reserva Legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- a) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art.º n.º 15 do mesmo decreto; e
- b) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

O capital social mínimo aplicável à EMOSE é de 295 000 000 de Meticais, tendo em 31 de Dezembro de 2022, a Reserva legal da Companhia representado 110,54% do capital social mínimo exigido.

Reserva estatutária

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, além da reserva legal, podem as sociedades anónimas de seguros constituírem livremente outras reservas, se aprovadas em assembleia geral dos accionistas, a título de aplicação dos resultados líquidos do exercício. É com base neste preceito legal, que foi constituída a reserva estatutária com o objectivo de ajudar a garantir que a seguradora tenha liquidez adequada disponível para honrar todas as obrigações legítimas feitas por seus segurados.

**4.19. Provisões técnicas**

As provisões técnicas apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Provisão para prémios não adquiridos	551 230 620	375 741 912
Provisão matemática do ramo vida	3 158 300 000	2 553 700 000
Provisão para sinistros	2 267 628 180	2 440 748 162
Provisão para riscos em curso	169 121 086	57 186 841
Provisão para desvios de sinistralidade	127 620 955	46 601 656
	<u>6 273 900 841</u>	<u>5 473 978 571</u>

A 31 de Dezembro de 2022, a Provisão para prémios não adquiridos decompõe-se por ramo da seguinte forma:

	<u>Prémios não adquiridos</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Provisão para prémios não adquiridos</u>
Acidentes de Trabalho	24 750 914	(1 258 123)	23 492 791
Acidentes Pessoais e Doença	5 836 463	(12 892)	5 823 571
Incêndio e Elementos da Natureza	58 424 991	(5 149 624)	53 275 366
Automóvel	245 768 713	(11 783 403)	233 985 310
Marítimo	20 625 949	(2 554 746)	18 071 202
Aéreo	91 419	(5 346)	86 073
Transportes	970 766	(62 005)	908 761
Responsabilidade Civil Geral	3 700 505	(250 054)	3 450 451
Diversos	253 713 987	(41 576 892)	212 137 095
	<u>613 883 706</u>	<u>(62 653 085)</u>	<u>551 230 620</u>



A 31 de Dezembro de 2021, a Provisão para prémios não adquiridos decompõe-se por ramo da seguinte forma:

	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de Trabalho	21 283 520	(1 140 579)	20 142 941
Acidentes Pessoais e Doença	1 816 990	-	1 816 990
Incêndio e Elementos da Natureza	60 532 078	(5 801 555)	54 730 524
Automóvel	238 984 226	(11 597 921)	227 386 305
Marítimo	19 275 473	(686 048)	18 589 425
Aéreo	16 446 089	(6 599)	16 439 490
Transportes	626 582	(68 159)	558 423
Responsabilidade Civil Geral	2 578 353	(207 253)	2 371 100
Diversos	34 827 848	(1 121 134)	33 706 714
	396 371 160	(20 629 247)	375 741 912

A decomposição da provisão matemática por ramo apresenta-se como se segue:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Individual	2 198 700 000	1 382 000 000
Grupo	959 600 000	1 171 700 000
	3 158 300 000	2 553 700 000



A decomposição da provisão para sinistros por ramo apresenta-se como se segue:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Ramo Vida	152 005 309	121 129 669
Acidentes de Trabalho	705 585 390	626 485 390
Acidentes Pessoais e Doença	85 190 203	70 048 120
Incêndio e Elementos da Natureza	187 839 350	495 652 280
Automóvel	687 400 737	678 172 009
Marítimo	12 269 848	5 136 772
Aéreo	370 401 640	373 589 106
Transportes	17 545	4 620 471
Responsabilidade Civil Geral	6 907 960	6 205 540
Diversos	60 010 198	59 708 806
Ramos Não-vida	2 115 622 871	2 319 618 493
	2 267 628 180	2 440 748 162

4.20. Empréstimos bancários

A rubrica de empréstimos bancários apresenta-se como se segue:

		31-Dez-2022	31-Dez-2021
Descoberto bancário		-	2 393 848
Banco Comercial e de Investimentos	(i)	54 501 500	98 101 100
Access Bank	(ii)	98 518 524	-
BCI Leasing	(iii)	18 578 759	30 241 099
NEDBANK Leasing		-	151 970
		171 598 783	130 888 017



	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Menos de 1 ano		
BCI	55 344 607	55 344 607
NEDBANK	-	93 095
Access Bank	98 518 524	-
Entre 1 e 4 anos		
BCI	17 735 652	75 391 440
NEDBANK	-	58 874
Total	171 598 783	130 888 017

(i) Banco Comercial e de Investimentos

O empréstimo obtido junto do Banco BCI teve como finalidade apoiar a aquisição de ações do Banco BIG. Este empréstimo foi contratado em 27 de Março de 2019 vencendo em 27 de Março de 2024. O empréstimo é remunerado a uma taxa de juro fixa de 17,5% a.a. O empréstimo vence capital e juros mensalmente e tem como garantia os depósitos a prazo números: 6596120087 (137 615 009 Meticais); 1445144920004 (65 000 000 Meticais); e 1595233020018 (84 000 000 Meticais).

(ii) Access Bank

O empréstimo obtido junto do Access Bank teve como finalidade apoiar a aquisição de ações preferenciais da Tropigália, no âmbito de oferta pública de subscrição. Este empréstimo foi contratado em 12 de Novembro de 2022 vencendo em 14 de Maio 2023. O empréstimo é remunerado a uma taxa de juro PLR -5%. O empréstimo vence capital e juros mensalmente e tem como garantia um penhor de depósito a prazo no valor de 128.000.000 Meticais.

(iii) Banco Comercial e de Investimentos

A Companhia obteve um contrato de financiamento junto do Banco BCI – Leasing, que se destinava à aquisição de 12 viaturas para a Companhia. O contrato celebrado enquadra-se como contrato de locação financeira, retendo a Companhia todos os riscos e vantagens inerentes à utilização da viatura. O financiamento foi concedido por um período máximo de 3 anos (5 de Abril de 2024) vencendo juros (a uma taxa PLR-2%) e capital com uma periodicidade mensal.

**4.21. Outros Credores por operações de seguros e outras operações**

Os valores a pagar por operações de seguro directo, resseguro e outras operações são analisados como se segue:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Valores a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	317 977 460	357 198 634
Mediadores de seguro	274 855 715	224 150 983
Co-seguradores	64 784 414	15 380 266
	<u>657 617 589</u>	<u>596 729 883</u>
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	<u>597 536 825</u>	<u>262 572 102</u>
Valores a pagar por outras operações		
Sindicato	1 548 050	1 265 146
Credores por valores em depósito	9 396 916	24 749 267
Recibos provisórios de rendas	515 425	515 425
Imensis - Comissões de gestão	73 054 278	73 054 278
Liberty Blue Consultance	16 379 999	13 537 800
Ernst & Young	-	1 838 085
Estado Moçambicano	a) 137 615 009	137 615 009
Dividendos	b) 76 443 854	280 000 000
Outros valores a pagar por outras operações	5 077 993	3 080 329
	<u>320 031 524</u>	<u>535 655 338</u>
	<u>1 575 185 939</u>	<u>1 394 957 323</u>

- a) O valor de 137 615 009 Meticais a pagar ao Estado Moçambicano resulta da venda de parte das suas acções na EMOSE em 2011 cujo cheque ainda não foi descontado.
- b) Trata-se de dividendos atribuídos aos accionistas, em consequência da deliberação em Assembleia Geral Ordinário sobre a reserva de estabilização de dividendos criada através do resultado positivo de 31 de Dezembro de 2020, aguardando apenas pela autorização do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), para o devido pagamento.

**4.22. Outros passivos correntes**

Esta rubrica é analisada como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
<i><u>Acréscimos e diferimentos</u></i>		
Rendas e alugueres	22 131 175	11 469 763
Subsídio de férias	31 163 471	16 061 781
Outros acréscimos de custos (a)	28 182 581	30 511 882
	<u>81 477 227</u>	<u>58 043 426</u>

a) - Trata-se de especialização de custos com serviços prestados em 2022 relativos a rendas, assistência técnica informática, gratificações, deslocações e estadias, serviços de comunicação, aquisição de material de transporte, nos montantes de 7 438 038 Meticais, 1 775 219 Meticais, 1 701 252 Meticais, 1 697 810 Meticais, 1 165 687 Meticais, 1 136 313 Meticais, respectivamente. O remanescente respeita a acréscimos de custos diversos.

4.23. Impostos e taxas correntes e diferidos

Os impostos sobre o rendimento, assim como os valores activos e passivos referentes a impostos sobre o rendimento e a outros impostos e taxas, decompõem-se como se segue:

	<u>31-Dez-2022</u>	<u>31-Dez-2021</u>
Activos por impostos correntes e taxas		
IRPC	427 927 716	288 488 382
IRPS	5 601 522	6 541 622
Outros impostos e taxas	3 123 905	700 880
	<u>436 653 143</u>	<u>295 730 885</u>



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticals)

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Passivos por impostos correntes e taxas		
Imposto de selo	184 266 127	182 233 181
Sobretaxa	12 191 301	9 478 393
IRPS	9 660 044	5 856 329
INSS	3 125 132	2 147 948
IVA	1 228 830	2 051 532
Outros	30 521	30 521
	210 501 955	201 797 904

Os impostos diferidos apresentam-se como segue:

	31-Dez-2021	Ganhos e perdas		Capital próprio		31-Dez-2022
		Perdas	Ganhos	Aumento	Diminuição	
Impostos diferidos activos						
Diferenças de câmbio não realizadas	74 676 276	74 676 276	65 446 474	-	-	65 446 474
Edifícios de uso próprio	109 388 509	-	39 351 420	-	-	148 739 928
Provisões não aceites	-	-	-	-	-	-
	184 064 784	74 676 276	104 797 893	-	-	214 186 402
Impostos diferidos passivos						
Propriedades de investimento	2 512 111 903	20 054 594	-	-	-	2 532 166 498
Participações financeiras	575 143 983	-	-	50 801 722	-	524 342 261
Edifícios de uso próprio	594 325 934	-	-	-	7 131 401	587 194 534
Diferenças de câmbio não realizadas	57 407 619	73 130 166	57 407 619	-	-	73 130 166
	3 738 989 440	93 184 760	57 407 619	50 801 722	7 131 401	3 716 833 458
		5 655 523		57 933 123		



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2020	Ganhos e perdas		Capital próprio		31-Dez-2021
	Reexpresso	Perdas	Ganhos	Aumento	Diminuição	
Impostos diferidos activos						
Diferenças de câmbio não realizadas	92 652 144	92 652 144	74 676 276	-	-	74 676 276
Edifícios de uso próprio	67 236 395	-	42 152 114	-	-	109 388 509
	159 888 539	92 652 144	116 828 389	-	-	184 064 784
Impostos diferidos passivos						
Propriedades de investimento	2 866 688 791	-	354 576 888	-	-	2 512 111 903
Participações financeiras	546 807 263	-	-	-	28 336 720	575 143 983
Edifícios de uso próprio	619 348 434	-	-	-	25 022 500	594 325 934
Diferenças de câmbio não realizadas	113 830 130	57 407 619	113 830 130	-	-	57 407 619
	4 146 674 617	57 407 619	468 407 017	-	53 359 220	3 738 989 440
		(435 175 643)		53 359 220		



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticals)

	31-Dez-2022		31-Dez-2021	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes do imposto		(46 865 517)		(1 541 228 321)
Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado líquido		-		-
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido		-		339 768 509
Imposto a pagar à taxa nominal	32,00%	(14 996 965)	32,00%	(384 467 140)
Correcções fiscais:				
Diferenças de câmbio não realizadas	-436,28%	65 428 885	-19,42%	74 658 686
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	-302,35%	45 343 778	-12,02%	46 196 718
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis ou para além dos limites legais	-2,77%	416 000	-28,33%	108 930 120
Realizações de utilidade social não enquadráveis	-273,93%	41 081 544	-15,36%	59 066 319
Redução de valor de mercado de activos tangíveis de investimento	0,00%	-	-92,23%	354 576 888
Despesas com publicidade para além dos limites legais	-71,69%	10 751 977	-2,89%	11 094 804
Donativos não previstos ou além dos limites legais	-9,09%	1 362 970	-0,92%	3 527 824
Impostos e encargos de responsabilidade de outrem	0,00%	-	-5,04%	19 381 297
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infracções	0,00%	-	-0,01%	20 560
50% das ajudas de custos e compensação pela utilização de viatura do trabalhador	-7,53%	1 129 975	-0,22%	863 292
80% das despesas de representação	-1,96%	293 909	-0,05%	189 360
Importâncias devidas pelo aluguer e viaturas sem condutor	0,00%	-	-0,01%	49 591
Combustíveis consumidos em excesso ou em viaturas que não se provem pertencerem à empresa	-8,57%	1 285 736	-0,27%	1 026 000
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	-19,68%	2 951 218	-0,63%	2 440 981
Correcções nos casos de créditos de imposto	-325,81%	48 861 731	-4,29%	16 503 870
Retenções na fonte a taxa liberatória de Obrigações de Tesouro	-33,73%	5 059 041	-0,43%	1 651 724
Diferenças de caixa	0,00%	2	0,00%	172
Mais-valias contabilísticas	3,33%	(499 092)	0,03%	(102 820)
Diferenças de câmbios não realizadas	487,63%	(73 130 165)	14,93%	(57 407 619)
Aumento de valor do mercado de activos tangíveis de investimentos	133,72%	(20 054 594)	0,00%	-
Rendimentos sobre obrigações de tesouro	218,41%	(32 755 343)	2,70%	(10 392 254)
Efeito de repressão	0,00%	-	28,28%	(108 725 923)
Imposto efectivo a liquidar	-550,32%	82 530 606	-36,18%	139 082 449
Prejuízos fiscais dedutíveis	0,00%	-	0,00%	-
Deduções:				
Dupla tributação económica	1018,16%	(152 692 910)	13,41%	(51 574 593)
Pagamento especial por conta	0,22%	(33 333)	0,00%	-
Retenção na fonte	830,84%	(124 600 335)	4,28%	(16 453 512)
Pagamentos por conta	0,00%	-	23,38%	(89 892 575)
Reporte de anos anteriores	1040,00%	(155 968 550)	40,57%	(155 968 550)
Total das deduções	1870,84%	(280 568 885)	68,23%	(262 314 637)
Imposto a recuperar/ (pagar)	-2339%	(350 731 190)	-45%	(174 806 781)



4.24. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como se segue:

	2022			2021		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Não-vida						
Acidentes de Trabalho	162 275 383	-	162 275 383	155 953 404	-	155 953 404
Acidentes Pessoais e Doença	2 316 979 193	(1 906 407 547)	410 571 646	2 214 898 085	(1 864 038 627)	350 859 458
Incêndio e Elementos da Natureza	186 390 364	(146 149 797)	40 240 567	179 867 995	(137 096 141)	42 771 855
Automóvel	688 893 424	(12 099 760)	676 793 664	657 786 020	(20 249 018)	637 537 002
Marítimo	53 362 260	(48 378 924)	4 983 337	50 225 897	(44 795 390)	5 430 507
Aéreo	130 080 576	(110 064 664)	20 015 912	169 975 783	(146 825 328)	23 150 455
Transportes	6 161 089	(928 587)	5 232 501	4 862 695	(808 534)	4 054 162
Responsabilidade Civil Geral	11 029 868	(2 410 734)	8 619 133	13 679 140	(4 965 248)	8 713 893
Diversos	295 430 716	(179 344 590)	116 086 126	75 094 703	(22 981 568)	52 113 135
	<u>3 850 602 872</u>	<u>(2 405 784 603)</u>	<u>1 444 818 268</u>	<u>3 522 343 722</u>	<u>(2 241 759 853)</u>	<u>1 280 583 869</u>
Vida						
Individual	601 546 433	(19 100 927)	582 445 506	559 421 779	(20 835 916)	538 585 863
Grupo	356 902 702	(1 022 681)	355 880 020	140 970 814	(8 948 898)	132 021 916
Despesas de funeral	2 068 020	-	2 068 020	1 357 671	-	1 357 671
	<u>960 517 155</u>	<u>(20 123 608)</u>	<u>940 393 547</u>	<u>701 750 264</u>	<u>(29 784 814)</u>	<u>671 965 450</u>
	<u>4 811 120 027</u>	<u>(2 425 908 211)</u>	<u>2 385 211 815</u>	<u>4 224 093 986</u>	<u>(2 271 544 667)</u>	<u>1 952 549 319</u>

4.25. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros analisam-se como se segue:

	2022	2021
Rendas de imóveis	116 113 571	134 705 542
Dividendos	540 787 390	182 660 018
Títulos de dívida	102 360 447	50 814 773
Depósitos a prazo	72 780 449	108 570 175
	<u>832 041 857</u>	<u>476 750 509</u>

Os rendimentos financeiros provenientes de rendas de imóveis são reconhecidos na Conta de Ganhos e Perdas da Companhia deduzidos dos gastos necessários à manutenção dos imóveis nas condições adequadas para o seu arrendamento, nomeadamente, gastos com manutenção ou reparação.



4.26. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros apresentam a seguinte decomposição por ramo:

Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2022			2021		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Não-vida						
Acidentes de Trabalho	117 710 712	1 210 895	118 921 607	148 554 750	-	148 554 750
Acidentes Pessoais e Doença	1 621 409 093	(1 459 669 629)	161 739 464	1 396 800 166	(1 237 435 736)	159 364 430
Incêndio e Elementos da Natureza	(50 135 088)	80 277 384	30 142 296	192 093 157	(131 568 312)	60 524 845
Automóvel	298 459 723	(3 198 871)	295 260 852	310 284 242	(26 785 280)	283 498 963
Marítimo	7 236 408	(13 460 989)	(6 224 581)	(4 410 801)	7 402 534	2 991 733
Aéreo	(1 610 263)	(1 792 489)	(3 402 753)	28 299 176	(20 760 436)	7 538 740
Transportes	(3 450 300)	-	(3 450 300)	(183 571)	-	(183 571)
Responsabilidade Civil Geral	1 542 252	-	1 542 252	5 211 976	7 886 516	13 098 492
Diversos	9 842 030	(102 074 110)	(92 232 080)	54 422 887	(14 595 009)	39 827 878
	2 001 004 567	(1 498 707 810)	502 296 758	2 131 071 984	(1 415 855 722)	715 216 261
Vida						
Individual	138 009 511	(925 304)	137 084 207	141 075 756	(28 848 344)	112 227 412
Grupo	168 904 932	(1 214 234)	167 690 698	178 361 111	-	178 361 111
Despesas de funeral	1 861 680	-	1 861 680	626 680	-	626 680
	308 776 123	(2 139 538)	306 636 585	320 063 547	(28 848 344)	291 215 202
	2 309 780 690	(1 500 847 348)	808 933 342	2 451 135 531	(1 444 704 067)	1 006 431 464

**4.27. Custos de aquisição, líquidos de resseguro**

Os custos de aquisição, líquidos de resseguro, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2022		2021	
	Custos de aquisição	Comissões de resseguro	Custos de aquisição	Comissões de resseguro
Não-vida				
Acidentes de Trabalho	60 289 773	-	62 657 962	-
Acidentes Pessoais e Doença	160 983 282	(83 058 840)	179 173 292	(58 661 586)
Incêndio e Elementos da Natureza	40 542 333	(40 057 203)	45 637 020	(36 885 096)
Automóvel	506 085 149	-	296 731 621	-
Marítimo	8 326 999	(13 482 672)	7 535 144	(12 412 732)
Aéreo	144 110	(14 665 529)	11 881 291	(19 718 705)
Transportes	2 810 043	(315 720)	1 988 474	(266 816)
Responsabilidade Civil Geral	2 286 129	(581 851)	5 059 298	(1 182 667)
Diversos	64 075 877	(5 006 118)	16 248 161	(5 992 925)
	<u>845 543 694</u>	<u>(157 167 933)</u>	<u>626 912 262</u>	<u>(135 120 527)</u>
Vida				
Individual	312 650 061	(1 526 533)	367 421 352	(1 783 666)
Grupo	-	(153 402)	-	(1 342 335)
Despesas de funeral	4 338	-	1 254 622	-
	<u>312 654 399</u>	<u>(1 679 935)</u>	<u>368 675 974</u>	<u>(3 126 000)</u>
	<u>1 158 198 093</u>	<u>(158 847 868)</u>	<u>995 588 236</u>	<u>(138 246 527)</u>

**4.28. Custos administrativos**

Os custos administrativos são analisados como se segue:

	2022	2021
Gastos com o pessoal	764 247 508	732 243 440
Remunerações da Direcção	43 852 777	32 857 010
Remuneração do Pessoal	491 621 655	379 223 046
Fundo de Pensões	89 309 460	-
Encargos sobre Remunerações	38 233 489	74 807 925
Seguro complementar	-	119 863 712
Despesas médicas	79 702 985	90 584 803
Indemnizações aos trabalhadores	2 379 562	16 364 012
Outros Custos com Pessoal (a)	19 147 578	18 542 932
Fornecimento e Serviços de Terceiros	611 694 412	542 031 010
Conservação e Reparação	32 752 848	25 360 943
Publicidade e Propaganda	81 711 127	76 912 202
Combustíveis	19 658 091	13 450 533
Comunicação	33 608 072	29 499 178
Material de Escritório	30 059 191	25 044 323
Vigilância e Segurança	28 528 315	24 528 435
Consultoria e Auditoria (b)	210 634 651	168 845 741
Deslocações e Estadas	11 085 638	9 654 465
Limpeza, Saúde e Conforto	24 104 709	35 276 064
Electricidade	11 906 318	10 190 273
Trabalhos especializados (c)	73 172 861	71 023 514
Rendas e alugueres	10 667 568	11 195 858
Contencioso e notariado	7 884 337	6 908 578
Transporte de carga e de colaboradores	13 181 198	7 544 909
Artigos para oferta	4 259 280	9 827 450
Despesas com colectivo alargado	7 480 765	4 796 166
Outros Fornecimento e Serviços de Terceiros	10 999 445	11 972 379
Impostos e Taxas	27 948 898	50 000 894
Depreciações e amortizações	171 796 534	193 552 588
Juros suportados	16 351 792	18 941 638
Total gastos imputáveis	<u>1 592 039 143</u>	<u>1 536 769 569</u>
Comissões de cobrança	9 291 232	8 967 919
Total gastos administrativos	<u>1 601 330 375</u>	<u>1 545 737 488</u>



- (a) As despesas registadas estão relacionadas com seguros próprios (seguros de viagem, acidentes de trabalho e doenças profissionais e de viaturas), despesas com fornecimento de produtos diversos para as sessões de reuniões do Conselho de Administração e custos com formações, nos montantes de 5 057 612 Meticais, 2 949 509 Meticais e 3 431 241 Meticais, respectivamente. O remanescente está associado a diversos custos o pessoal.
- (b) As despesas registadas são essencialmente relacionadas com os honorários de prestação de serviços de consultoria em Seguro de Saúde pela Liberty Blue Consultancy, cujo montante se figura em 196 560 000 Meticais e as relativas a honorários de auditoria no montante de 4 163 716 Meticais.
- (c) As despesas registadas estão reconhecidas com serviços de assistência técnica informática prestada por várias entidades, serviços actuariais, global credit rating, avaliação dos imóveis e outros serviços especializados, nos montantes de 57 481 253 Meticais, 1 156 751 Meticais, 1 732 365 Meticais, 3 978 000 Meticais, 8 824 493 Meticais, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2022 a Companhia procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma:

	Sinistros	Aquisição	Administrativos	Investimentos	Total
Gastos com o pessoal	75 752 080	370 901 838	292 499 325	25 094 265	764 247 508
Fornecimentos serviços de terceiros	60 631 043	296 865 321	234 112 903	20 085 144	611 694 412
Impostos e taxas	2 770 290	13 564 058	10 696 841	917 709	27 948 898
Depreciações e amortizações	17 028 442	83 375 673	65 751 435	5 640 984	171 796 534
Juros suportados	1 620 787	7 935 792	6 258 297	536 915	16 351 792
	157 802 642	772 642 682	609 318 801	52 275 017	1 592 039 143

A 31 de Dezembro de 2021 a Companhia procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma:

	Sinistros	Aquisição	Administrativos	Investimentos	Total
Gastos com o pessoal	72 579 842	355 369 739	280 250 455	24 043 403	732 243 440
Fornecimentos serviços de terceiros	53 726 019	263 056 531	207 450 732	17 797 729	542 031 010
Impostos e taxas	4 956 080	24 266 253	19 136 769	1 641 792	50 000 894
Depreciações e amortizações	19 184 899	93 934 242	74 078 098	6 355 349	193 552 588
Juros suportados	1 877 492	9 192 687	7 249 505	621 954	18 941 638
	152 324 331	745 819 453	588 165 559	50 460 227	1 536 769 569

O número médio dos trabalhadores no exercício de 2022 foi de 364 (2021: 366). O pessoal-chave da sociedade tendo em conta os estatutos da Companhia é o Conselho de Administração.

**4.29. Outros rendimentos / gastos**

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como se segue:

	2022	2021
<u>Outros rendimentos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	56 454 861	104 076 173
Juros de depósitos	1 478 545	7 826 206
Outros rendimentos (a)	36 039 182	11 621 316
	<u>93 972 587</u>	<u>123 523 695</u>
<u>Outros gastos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	39 041 433	233 195 666
Outros gastos (b)	63 287 352	196 186 455
	<u>102 328 785</u>	<u>429 382 120</u>
	<u>(8 356 198)</u>	<u>(305 858 426)</u>

- a) Do total do saldo apresentado, 16 201 942 Meticais, respeitam a reembolsos de custos com provedores de serviços de seguro de saúde e 8 070 398 Meticais, a reversão de provisão para processos judiciais em curso e o remanescente a outros rendimentos diversos.
- b) Do total do saldo apresentado, 49 797 810 Meticais, respeitam a provisão para processos judiciais, 8 768 124 Meticais, a despesas com serviços bancários e o remanescente de outros gastos diversos.



4.30. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros classificados como Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos a deter até à maturidade é analisado como se segue:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Instrumentos de capital	2 244 794 471	2 155 358 860
Investimentos a deter até à maturidade	790 997 717	508 661 383
	3 035 792 189	2 664 020 243

A tabela seguinte compara o justo valor dos instrumentos financeiros identificados em cima com a respectiva quantia escriturada:

	31-Dez-2022		31-Dez-2021	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Instrumentos de capital	657 612 817	2 244 794 471	435 849 511	2 155 358 860
Investimentos a deter até à maturidade	750 803 932	790 997 717	490 322 402	508 661 383
	1 408 416 750	3 035 792 189	926 171 913	2 664 020 243

De acordo com os requisitos da IFRS 7, a Companhia enquadrou a forma de obter o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor pelos seguintes níveis:

Nível 1

Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo.

Nível 2

Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.

Nível 3

Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

A tabela em baixo sumariza para cada classe qual o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros			
Instrumentos de capital	229 043 707	-	2 015 750 765
Investimentos a deter até à maturidade	790 997 717	-	-
	31-Dez-2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros			
Instrumentos de capital	8 224 100	-	2 147 134 760
Investimentos a deter até à maturidade	334 146 576	-	174 514 807

4.31. Partes relacionadas

O capital da EMOSE é detido maioritariamente pelo Estado de Moçambique, através de participação directa no capital assim como através de participação indirecta através do sector empresarial público.

A EMOSE por sua vez detém participações financeiras em empresas que lhe garantem uma influência significativa e controlo na sua gestão, nomeadamente na IMENSIS, Sociedade de Manutenção Imobiliária, Moçambique Previdente e EMOSE Imobiliária.

As transacções existentes entre a EMOSE e as suas participadas são realizadas numa base “arm’s length”, correspondendo no caso da IMENSIS à gestão desta do património imobiliário da Companhia. A gestão do património inclui a cobrança das rendas das quais retém uma comissão de 35%. A Sociedade de Manutenção Imobiliária é a empresa à qual a EMOSE contrata os serviços de reparação e limpeza das suas instalações. A Moçambique Previdente é a empresa à qual a EMOSE cedeu a gestão de fundos de pensões de diversas entidades e detém uma participação que lhe permita obter dividendos. A EMOSE Imobiliária é a empresa à qual a EMOSE criou com o objectivo de transferência da gestão do património imobiliário da Companhia que estava sob gestão da IMENSIS até 2016.

Seguem abaixo os detalhes sobre os saldos e transacções com partes relacionadas:

Subsidiárias	Data	Outros activos financeiros	Outros passivos financeiros	Rendimentos (Outros) / Prémios brutos emitidos
MENSIS	31-Dez-2022	232 586 141	(73 054 278)	-
MENSIS	31-Dez-2021	234 914 136	(73 054 278)	-
Sociedade de Manutenção Imobiliária	31-Dez-2022	4 251 192	-	-
Sociedade de Manutenção Imobiliária	31-Dez-2021	4 251 192	-	-
Moçambique Previdente	31-Dez-2022	-	-	-
Moçambique Previdente	31-Dez-2021	278 500	-	-
EMOSE Imobiliária	31-Dez-2022	96 648 294	-	91 823 536
EMOSE Imobiliária	31-Dez-2021	96 200 023	-	73 763 483



Associadas	Data	Dividendos recebidos
Millenium Bim	31-Dez-2022	513 861 211
Millenium Bim	31-Dez-2021	159 410 747
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo (SDCM)	31-Dez-2022	2 000 000
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo (SDCM)	31-Dez-2021	2 928 298
Standard Bank	31-Dez-2022	2 215
Standard Bank	31-Dez-2021	-
Zep Re	31-Dez-2022	-
Zep Re	31-Dez-2021	1 022 140
Banco BiG	31-Dez-2022	19 222 782
Banco BiG	31-Dez-2021	19 075 524
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	31-Dez-2022	279 104
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	31-Dez-2021	-
Cervejas de Moçambique	31-Dez-2022	-
Cervejas de Moçambique	31-Dez-2021	128 000

Accionistas	Dividendos pagos	
	31-Dez-2022	31-Dez-2021
IGEPE	-	20 000 000
Estado Moçambicano	-	-
GETCOOP	-	-
Outros	-	-

Remunerações do pessoal-chave da gestão

As remunerações do pessoal - chave da gestão ascenderam, em 31 de Dezembro de 2022, a 30 093 858 Meticais (2021: 20 997 252 Meticais).

4.32. Compromissos e contingências

Compromissos relativamente a empréstimos de médio e longo prazo e locação financeira

Tal como referido na nota 4.20 das notas às demonstrações financeiras, a Companhia obteve um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco BCI com a finalidade de apoiar a aquisição de acções do Banco BiG. Este empréstimo foi contratado em 27 de Março de 2019 vencendo em 27 de Março de 2024. O empréstimo é remunerado a uma taxa de juro fixa de 17,5% a.a. O empréstimo vence capital e juros mensalmente e tem como garantia os depósitos a prazo números: 6596120087 (137 615 009 Meticais); 1445144920004 (65 000 000 Meticais); e 1595233020018 (84 000 000 Meticais).

O empréstimo de curto prazo obtido junto do Access Bank teve como finalidade apoiar a aquisição de acções preferenciais da Tropicália, no âmbito de oferta pública de subscrição. Este empréstimo foi contratado em 12 de Novembro de 2022 vencendo em 14 de Maio 2023. O empréstimo é remunerado a uma taxa de juro PLR -5%. O empréstimo vence capital e juros mensalmente e tem como garantia um penhor de depósito a prazo no valor de 128.000.000 Meticais.

A Companhia obteve um contrato de financiamento junto do Banco BCI – Leasing, que se destinava à aquisição de 12 viaturas para a Companhia. O contrato celebrado enquadra-se como contrato de locação financeira, retendo a Companhia todos os riscos e vantagens



inerentes à utilização da viatura. O financiamento foi concedido por um período máximo de 3 anos (5 de Abril de 2024) vencendo juros (a uma taxa PLR-2%) e capital com uma periodicidade mensal.

Processos fiscais em curso

Em 31 de Dezembro de 2022, encontra-se em curso no âmbito do processo de fiscalização tributária realizado pela Autoridade Tributária aos exercícios de 2012 a 2015, onde a Companhia foi notificada para o pagamento de imposto adicional, no montante de 1 908 867 600 Meticais, sendo que, decorrente do exercício do direito de audição que as empresas gozam, a Companhia conseguiu obter uma redução significativa do montante de liquidação adicional em cerca de 1.210.000.000 Meticais. Nestas circunstâncias, na base da redução significativa que ocorreu em sede de exercício do direito de audição e dos argumentos adicionais apresentados pela Companhia com os procedimentos de Reclamação Graciosa, ainda em análise, é expectativa do Conselho de Administração de que os montantes de liquidação final serão significativamente inferiores aos actualmente reclamados pela Autoridade Tributária, no montante de 698.867.600 Meticais, existindo, porém, uma dificuldade intrínseca no processo de determinação da melhor estimativa para esse montante, razão pela qual aquele montante não se encontra provisionado nas demonstrações financeiras. Entretanto, até a data de emissão das presentes demonstrações financeiras não havia nenhum desenvolvimento em relação a este processo, mas, como prudência, foi reconhecida uma provisão em função do risco associado.

Processos judiciais em curso

Em 31 de Dezembro de 2022, existem processos judiciais contra a Companhia que perfazem um total de 52 919 496 Meticais (2021: 11 192 496 Meticais). Estes valores encontram-se totalmente provisionados em função do risco.

Adicionalmente, existe um processo judicial no montante de USD 1.942.200 (equivalente a 146 888 586 Meticais) relativo a uma garantia bancária emitida por um Banco a favor do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, nos períodos de 2017 a 2018, sem, no entanto, naqueles exercícios, constituir ou exigir o seguro de garantia ao empreiteiro como colateral. Em 2019, o representante legal do empreiteiro, com intenção criminosa, veio à EMOSE solicitar a emissão do seguro de garantia de empreitada cujos eventos que pretendia segurar já tinham ocorrido, isto é, já se encontrava em incumprimento o referido contrato de empreitada com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, mas tal situação foi omitida no acto de prestação de informação objecto de avaliação de risco, o que não permitiu a tomada prudente dos critérios de selecção de risco, tendo culminado com a emissão de uma garantia com efeito suspensivo, condicionada a libertação de USD 900.000 cativos no referido Banco, situação que nunca veio a ocorrer. Este assunto foi comunicado à Procuradoria Geral da República para instauração do devido processo crime, sendo que a EMOSE repudiou o referido sinistro, tendo em conta a prova obtida a posteriori, uma vez que o seguro não produz efeitos retrospectivos. É convicção do Conselho de Administração, na base de toda a argumentação judicial existente, que a acção entreposta contra a Companhia seja dada como improcedente.

Activos com restrições

Em 31 de Dezembro de 2022, existem valores ordenados para cativo nas contas bancárias da Companhia pelo tribunal no montante de 139 391 246 Meticais (2021: 103 504 203 Meticais), relativo a processos de sinistros envolvendo segurados da Companhia e de outras companhias, sendo que, os mesmos serão recuperados junto dos segurados da Companhia por excederem o valor do capital seguro.



Activos contingentes

Em referência a 31 de Dezembro de 2022, encontra-se pendente o contencioso entre a EMOSE e a Fidelidade Portugal, em consequência do valor reclamado pela Fidelidade Portugal no montante de 227 365 521 Meticais relativo às dívidas de resseguro transitadas no processo de fusão das 3 (três) Companhias de seguro que deram origem à EMOSE. O contencioso existe pelo facto da EMOSE não reconhecer o valor da dívida reclamada por insuficiência de provas da dívida e, em consequência disso, a Fidelidade condiciona a transferência dos valores cobrados das rendas dos imóveis da EMOSE em Portugal a aceitação da dívida. O valor que a EMOSE tem a receber junto da Fidelidade Portugal é de 38 459 313 Meticais, e está totalmente provisionado nas contas em função do risco.

4.33. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

A gestão dos riscos é assumida como um dos pilares da Companhia no suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. Assim sendo, um dos principais objectivos da Companhia é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, accionistas, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Companhia adopta uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

As transacções relacionadas com a actividade seguradora estão sujeitas a supervisão pelo órgão regulador – ISSM – o qual determina, entre outros aspectos, a natureza e a concentração dos investimentos afectos às provisões técnicas.

A Companhia encontra-se exposta aos seguintes riscos:

- Risco de seguro;
- Risco de mercado, nomeadamente, risco de taxa de juro, risco de câmbio;
- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Risco de seguro

A principal actividade da Companhia consiste na aceitação de risco de seguro perante terceiros, sendo a gestão da aceitação deste risco fulcral no resultado dos principais indicadores da actividade, nomeadamente o lucro, o crescimento do negócio ou a quota de mercado. O risco associado aos contratos de seguro celebrados pela Companhia reside na incerteza relativa aos sinistros.

Para as carteiras de contratos de seguro em que é possível aplicar a probabilidade de ocorrência de sinistros, o principal risco que a Companhia enfrenta consiste na possibilidade de o valor actual do pagamento de sinistros e pensões exceder o valor das responsabilidades apuradas e expressas nas suas demonstrações financeiras. Esta situação pode ocorrer por alterações na frequência e / ou materialidade dos valores a pagar quando comparados com os valores estimados. Deste modo, a Companhia procede anualmente à revisão das suas estimativas relativamente às responsabilidades esperadas decorrentes de contratos de seguro.



A experiência no sector mostra que quanto maior for a carteira de contratos de seguro com idênticas características, menor será a probabilidade de variações significativas nas responsabilidades estimadas pela Companhia.

A Companhia desenvolveu a sua política de aceitação de riscos baseada na diversificação dos riscos seguros, garantindo para cada classe de risco uma dimensão suficientemente grande que permita reduzir a exposição a possíveis perdas. Os principais ramos de actividade para a Companhia são o ramo vida, ramo acidentes pessoais e doença e o ramo Automóvel, os quais representam cerca de 82% (2021:85%) do valor total da carteira de prémios da Companhia. A aceitação destes riscos está dependente da análise por pessoal qualificado. No caso da aceitação de riscos mais complexos, para os quais a Companhia não tem recursos adequados para proceder à sua avaliação, a Companhia recorre a peritos externos.

A adequada gestão do risco de seguro pressupõe também que as tarifas praticadas pela Companhia sejam definidas de forma regular, prudente e com recurso a técnicas e/ou modelos de valorização.

Para além do referido acima, a Companhia analisa o risco de seguro através da monitorização dos seguintes rácios:

Rácios de sinistralidade (Custos com sinistros brutos / Prémios brutos adquiridos)

Ramo	2022	2021
Vida	28,6%	38,5%
Acidentes de trabalho	67,7%	90,2%
Acidentes Pessoais e doença	69,5%	61,8%
Incêndio e outros danos	0,0%	111,0%
Automóvel	29,8%	35,2%
Marítimo	13,7%	0,0%
Aéreo	0,0%	15,3%
Transportes	0,0%	0,0%
Responsabilidade civil	0,0%	32,7%
Diversos	12,6%	91,6%
Rácio global	46,8%	53,9%

*Rácios de despesa (Custos de exploração brutos / Prémios brutos adquiridos)*

Ramo	2022	2021
Vida	50,8%	88,6%
Acidentes de trabalho	71,9%	79,7%
Acidentes Pessoais e doença	2,9%	9,4%
Incêndio e outros danos	0,0%	0,0%
Automóvel	147,3%	78,3%
Marítimo	0,0%	0,0%
Aéreo	0,0%	0,0%
Transportes	0,0%	58,2%
Responsabilidade civil	82,2%	48,1%
Diversos	26,7%	27,3%
Rácio global	34,7%	36,0%

Rácio combinado de sinistros e despesa (Custos exploração brutos + custos com sinistros brutos) / Prémios brutos adquiridos)

Ramo	2022	2021
Vida	79,3%	127,1%
Acidentes de trabalho	139,6%	169,9%
Acidentes Pessoais e doença	72,4%	71,2%
Incêndio e outros danos	0,0%	111,0%
Automóvel	177,0%	113,5%
Marítimo	13,7%	0,0%
Aéreo	0,0%	15,3%
Transportes	0,0%	58,2%
Responsabilidade civil	82,2%	80,8%
Diversos	39,3%	118,9%
Rácio global	81,5%	89,9%

**Risco de mercado**

As principais componentes do risco de mercado são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Companhia passa por obter financiamento com taxas fixas, para poder minimizar as variações das taxas de juro.

Os instrumentos financeiros mais sujeitos ao risco de taxa de juro são os depósitos a prazo, as obrigações e os empréstimos obtidos.

A tabela a seguir sumariza a exposição ao risco de taxa de juro:

	<u>Aumento / diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
31-Dez-2022		
MIMO	+250	13 665 630
MIMO	-250	(13 665 630)
Libor	+25	869 688
Libor	-25	(869 688)
	<u>Aumento / diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
31-Dez-2021		
MIMO	+250	22 790 375
MIMO	-250	(22 790 375)
Libor	+25	853 200
Libor	-25	(853 200)



Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas EUR, USD, ZAR. A Companhia procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Refira-se que parte substancial da exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio está relacionada com as posições detidas nos contratos de resseguro e na regularização de sinistros associados a contratos de seguro negociados em divisa.

A tabela abaixo sumariza a exposição ao risco de taxa de câmbio:

	31-Dez-2022				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
<u>Activos</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	400 316 324	371 591 788	19 041 587	5 687 850	3 995 099
Outros depósitos	1 044 416 209	546 625 209	347 875 000	149 916 000	-
Recibos por cobrar	2 145 350 116	1 891 881 626	253 267 910	-	200 580
Valores a receber por operações de resseguro	243 057 335	239 294 124	3 763 211	-	-
	3 833 139 983	3 049 392 747	623 947 708	155 603 850	4 195 678
<u>Passivos</u>					
Empréstimos obtidos	73 080 259	73 080 259	-	-	-
Valores a pagar por operações de resseguro	597 536 825	342 046 162	195 663 332	57 504 376	2 322 955
	670 617 085	415 126 421	195 663 332	57 504 376	2 322 955
Posição líquida	3 162 522 898	2 634 266 326	428 284 376	98 099 474	1 872 723
	100%	83%	14%	3%	0%
Diferenças de câmbio favoráveis	56 454 861	47 024 842	7 645 394	1 751 194	33 430
Diferenças de câmbio desfavoráveis	39 041 433	32 520 091	5 287 183	1 211 041	23 119
	95 496 294	79 544 933	12 932 577	2 962 235	56 549



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em Meticals)

A tabela abaixo sumariza para as rubricas acima o impacto nos resultados da Companhia de uma variação das taxas de câmbio:

	31-Dez-2021				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
<u>Activos</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	159 947 707	136 018 295	14 022 256	6 110 732	3 796 424
Outros depósitos	1 405 740 009	911 615 009	341 280 000	152 845 000	-
Recibos por cobrar	2 131 537 819	1 845 197 886	286 111 786	27 567	200 580
Valores a receber por operações de resseguro	31 597 276	4 219 594	27 377 682	-	-
	3 728 822 811	2 897 050 784	668 791 724	158 983 299	3 997 004
<u>Passivos</u>					
Empréstimos obtidos	130 888 017	130 888 017	-	-	-
Valores a pagar por operações de resseguro	262 572 102	37 657 604	224 146 413	-	768 086
	393 460 119	168 545 620	224 146 413	-	768 086
Posição líquida	3 335 362 692	2 728 505 164	444 645 311	158 983 299	3 228 917
	100%	82%	13%	5%	0%
Diferenças de câmbio favoráveis	104 076 173	85 139 879	13 874 648	4 960 892	100 755
Diferenças de câmbio desfavoráveis	233 195 666	190 766 533	31 087 881	11 115 498	225 753
	337 271 839	275 906 412	44 962 529	16 076 389	326 508

	Aumento / diminuição em percentagem	Efeito em resultados antes de impostos
31-Dez-2022		
Doláres Norte-Americanos	+20%	2 586 515
Doláres Norte-Americanos	-20%	(2 586 515)
Rands Sul-Africanos	+20%	592 447
Rands Sul-Africanos	-20%	(592 447)
Euro	+20%	11 310
Euro	-20%	(11 310)



	Aumento / diminuição em percentagem	Efeito em resultados antes de impostos
31-Dez-2021		
Doláres Norte-Americanos	+20%	8 992 506
Doláres Norte-Americanos	-20%	(8 992 506)
Rands Sul-Africanos	+20%	3 215 278
Rands Sul-Africanos	-20%	(3 215 278)
Euro	+20%	65 302
Euro	-20%	(65 302)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros,
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido uma vez que as políticas de investimento da empresa determinam que os investimentos deverão estar direccionados para as maiores empresas de Moçambique.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco da Companhia não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Companhia. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

Neste âmbito, as obrigações definidas pelo órgão regulador relativamente à representação das provisões técnicas, constituem um dos mecanismos de mitigação do risco de liquidez.

Os quadros em baixo espelham quais os activos representativos de provisões técnicas a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

31-Dez-2022	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros "Não-Vida"	Não afectos
Caixa e equivalentes de caixa	56 044 285	344 272 038	-
Edifícios	1 878 488 308	3 253 813 839	4 755 262 353
Investimentos em filiais e associadas	60 493 201	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	1 124 106 813	1 060 194 458	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	347 875 000	696 541 209	23 036
Investimentos a deter até à maturidade	534 996 337	215 807 595	-
Total	4 002 003 945	5 570 629 139	4 755 285 389

31-Dez-2021	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros "Não-Vida"	Não afectos
Caixa e equivalentes de caixa	111 963 395	47 984 312	-
Edifícios	1 946 848 938	2 992 331 734	4 915 635 156
Investimentos em filiais e associadas	35 130 935	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	927 705 773	1 192 522 152	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	414 725 000	991 015 009	23 036
Investimentos a deter até à maturidade	296 572 418	193 749 984	-
Total	3 732 946 458	5 417 603 191	4 915 658 191



O objectivo da Companhia é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras.

31-Dez-2022

<u>Activos financeiros</u>	<u>0-1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Sem maturidade</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	400 316 324	-	-	-	400 316 324
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2 244 794 471	2 244 794 471
Empréstimos e contas a receber	1 044 416 209	-	-	-	1 044 416 209
Investimentos a deter até à maturidade	-	750 803 932	-	-	750 803 932
Valores a receber por operações de seguro directo	2 276 755 869	-	-	-	2 276 755 869
Valores a receber por operações de resseguro	243 057 335	-	-	-	243 057 335
Valores a receber por outras operações	930 272 698	-	-	-	930 272 698
	4 894 818 435	750 803 932	-	2 244 794 471	7 890 416 839

Passivos financeiros

Empréstimos obtidos	153 863 131	17 735 652	-	-	171 598 783
Valores a pagar por operações de seguro directo	657 617 589	-	-	-	657 617 589
Valores a pagar por operações de resseguro	597 536 825	-	-	-	597 536 825
Valores a pagar por outras operações	320 031 524	-	-	-	320 031 524
	1 729 049 070	17 735 652	-	-	1 746 784 722

31-Dez-2021

<u>Activos financeiros</u>	<u>0-1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Sem maturidade</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	159 947 707	-	-	-	159 947 707
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2 155 358 860	2 155 358 860
Empréstimos e contas a receber	1 405 740 009	-	-	-	1 405 740 009
Investimentos a deter até à maturidade	174 514 807	88 335 300	227 472 295	-	490 322 402
Valores a receber por operações de seguro directo	2 260 551 044	-	-	-	2 260 551 044
Valores a receber por operações de resseguro	31 597 276	-	-	-	31 597 276
Valores a receber por outras operações	968 192 805	-	-	-	968 192 805
	5 000 543 647	88 335 300	227 472 295	2 155 358 860	7 471 710 102

Passivos financeiros

Empréstimos obtidos	57 890 424	72 997 592	-	-	130 888 017
Valores a pagar por operações de seguro directo	596 729 883	-	-	-	596 729 883
Valores a pagar por operações de resseguro	262 572 102	-	-	-	262 572 102
Valores a pagar por outras operações	535 655 338	-	-	-	535 655 338
	1 452 847 748	72 997 592	-	-	1 525 845 340



Refira-se que apesar do recurso ao resseguro representar uma forma da Companhia gerir os riscos a que está exposta, nomeadamente o risco de seguro e o risco de liquidez, a Companhia será sempre o primeiro responsável por cobrir as responsabilidades assumidas perante terceiros. Se um ressegurador por qualquer razão não efectuar o pagamento de um sinistro, a Companhia tem a responsabilidade em indemnizar o segurado pela perda ocorrida.

4.34. Acontecimentos após a data de balanço

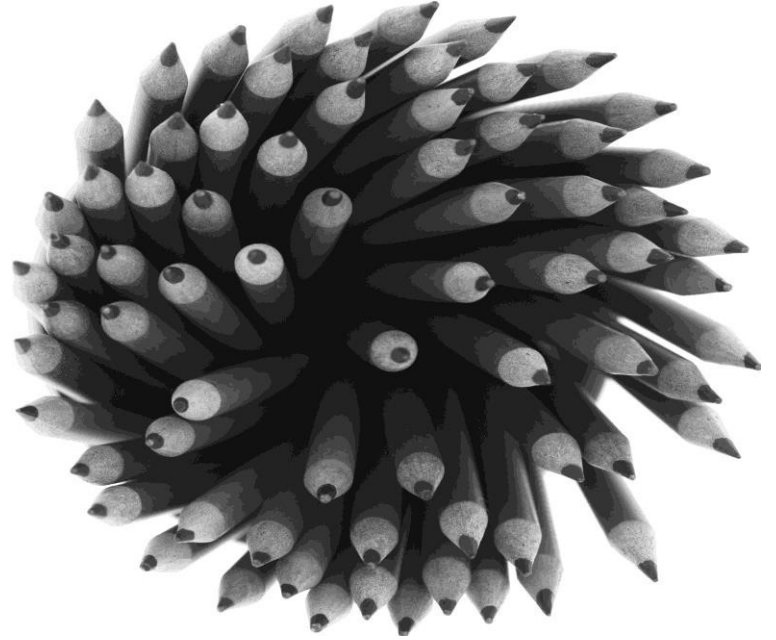
O ciclone Freddy, que atingiu no dia 11 de Março de 2023 a zona Centro do País, em particular a província da Zambézia provocou danos humanos e materiais consideráveis, tendo afectado o fornecimento de energia eléctrica e causado a ruptura das telecomunicações e de outras infra-estruturas.

Assim, em consequência de tal situação, foram implementadas medidas que permitam monitorar a situação e recuperar a operacionalidade dos balcões. Adicionalmente, foi deslocada uma equipa multi-sectorial, com vista a apurar os danos provocados pelo ciclone quer em infra-estruturas próprias, bem como aos segurados da Companhia.

A Administração mantém o acompanhamento dos impactos do ciclone Freddy na actividade da Companhia, sendo que ainda não é possível quantificá-los com precisão, não antecipando, contudo, nenhum efeito relevante nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em 31 de Janeiro de 2023, os Accionistas deliberaram sobre a indicação dos novos órgãos sociais, compostos por 3 (três) membros e tomaram posse em 01 de Fevereiro de 2023.

Com excepção das situações acima referidas, após a data do Balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis à Companhia que requeiram divulgação nas presentes demonstrações financeiras.



Anexos

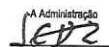
Anexo 1 INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

ANO: 31 de Dezembro de 2022

DESIGNAÇÃO	Quantidade (N.º de títulos)	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em Meticals	
						Valor de balanço unitário	Total
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.1 - De dívida pública							
Obrigações do Tesouro 2019 - 6ª série	497 510	49 750 995	100,00	100,00	49 750 995	100,00	49 750 995
Obrigações de Tesouro 2021- 2ª série	1 000 000	100 000 000	100,00	100,00	100 000 000	100,00	100 000 000
Obrigações de Tesouro 2022 - 5ª série	1 000 000	100 000 000	100,00	100,00	100 000 000	100,00	100 000 000
Obrigações de Tesouro 2022 - 7ª série	2 354 963	235 496 337	100,00	100,00	235 496 337	100,00	235 496 337
Obrigações de Tesouro 2021 - 8ª série	995 000	99 500 000	100,00	100,00	99 500 000	100,00	99 500 000
Sub-total					584 747 332		584 747 332
1.1.1.3 - De outros emissores							
Obrigações- Bayport 2021 - 1ª série	519 759	51 975 900	100,00	100,00	51 975 900	100,00	51 975 900
Obrigações Bayport 2021 - 1ª série	257 454	25 745 400	100,00	100,00	25 745 400	100,00	25 745 400
Obrigações Bayport 2021 - 3ª série	222 700	22 270 000	100,00	100,00	22 270 000	100,00	22 270 000
Obrigações Bayport 2021 - 3ª série	442 505	44 250 500	100,00	100,00	44 250 500	100,00	44 250 500
Obrigações Bayport 2019 - 1ª série	218 148	21 814 800	100,00	100,00	21 814 800	100,00	21 814 800
Sub-total					166 056 600		166 056 600
total					750 803 932		750 803 932
1.2 - Títulos de rendimento variável							
1.2.1 - Ações							
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	-	-	80,00	0,00	2 520 000	0,00	-
Sociedade de Gestão de Empreendimentos Imobiliários, IMENSIS	1 275 000	2 500 000	51,00	1,96	2 500 000	0,00	-
Açucareira de Moçambique	1 753	1 753	1,00	1,20	2 104	26,53	46 691
Banco Internacional de Moçambique	622 103	622 103	4,10	50,79	31 597 174	2 353,50	1 464 117 959
Banco Standard Bank	10	10	0,00	0,60	6	8,53	85
Cimentos de Moçambique	1 674 416	1 674 416	1,70	10,59	17 737 781	0,42	639 303
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	8 447 295	8 447 295	10,00	0,90	7 608 092	5,45	46 052 016
Emeritus Resseguros, S.A	-	-	10,00	0,00	32 494 000	0,00	77 039 277
SOCIMO - Sociedade de Comércio e Indústria de Moçambique	5 000	5 000	10,00	10,00	50 000	2 288,66	11 443 282
Sociedade Moçambique Previdente-SGFP	19 200 000	24 000 000	80,00	2,01	38 580 000	2,55	49 007 819
Tintas CIN Moçambique	100	100,00	0,00	496 029,91	49 602 991	17,76	1 775,81
Liberty Blue Consultancy, Lda.	25 000	25 000	0,25	161,22	4 030 470	339,42	8 485 381,75
Banco BIG	73 890	284 774 830	11,15	3 848,83	284 774 830	3 278,53	242 578 286,23
Cervejas de Moçambique, S.A (CDM)	21 061	2 258 020	0,02	107,21	2 258 020	123	2 580 401
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	44 482	9 761 199	0,00	219,44	9 761 199	106	4 700 000
EMOSE Imobiliária, Lda	3 000 000	3 000 000	0,9999	1,00	3 000 000	1	3 000 000
Tropigália	1 848 028	221 763 306	6,00	120,00	221 763 306	120	221 763 306
Sub-total					708 506 913		2 131 515 583
total					708 506 913		2 131 515 583
2 - Estrangeiros							
2.2 - Títulos não Cotados							
2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Ações							
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	80	80	1,70	41 250,00	6 574 500	1 415 966,10	113 278 888
sub-total					6 574 500		113 278 888
total					6 574 500		113 278 888
3 - TOTAL GERAL							
					715 081 413		2 244 794 471

 O Técnico de Contas

EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

A Administração


Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Anexo 2 DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

ANO: 31 de Dezembro de 2022

Ramos/Grupos de ramos	Valores em Meticals			
	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	121 129 669	277 900 483	152 005 309	308 776 123
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	626 485 390	111 672 652	705 585 390	190 772 652
Acidentes Pessoais e Doença	70 048 120	1 617 493 772	85 190 203	1 632 636 855
Incêndio e elementos da natureza	495 652 280	248 681 193	187 839 350	(59 131 737)
Automóvel	678 172 009	288 650 163	687 400 737	297 878 891
Marítimo	5 136 772	(538 288)	12 269 848	6 594 789
Aéreo	373 589 106	1 520 449	370 401 640	(1 667 017)
Transportes	4 620 471	1 167 597	17 545	(3 435 329)
Responsabilidade Civil Geral	6 205 540	854 812	6 907 960	1 557 232
Diversos	59 708 806	3 834 055	60 010 198	4 135 447
Total Não Vida	2 319 616 493	2 273 336 404	2 115 622 871	2 069 340 782
Total geral	2 440 746 162	2 551 236 887	2 267 626 160	2 378 116 904

* - De sinistros ocorridos no ano 2022 e anteriores

O Tesoureiro de contas


EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

A Administração


Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Anexo 3 DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

ANO: 31 de Dezembro de 2022

Valores em Meticals

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3) =(1)+(2)
Seguro directo			
Acidentes de Trabalho	111 672 652	6 038 060	117 710 712
Acidentes Pessoais e Doença	1 617 493 772	3 915 321	1 621 409 093
Incêndio e Elementos da Natureza	248 681 193	(298 816 281)	(50 135 088)
Automóvel	288 650 163	9 809 560	298 459 723
Marítimo	(538 288)	7 774 696	7 236 408
Aéreo	1 520 449	(3 130 712)	(1 610 263)
Transportes	1 167 597	(4 617 897)	(3 450 300)
Responsabilidade Civil Geral	854 812	687 441	1 542 252
Diversos	3 834 055	6 007 975	9 842 030
Total	2 273 336 404	(272 331 837)	2 001 004 567
Resseguro aceite	-	-	-
Total Geral	2 273 336 404	(272 331 837)	2 001 004 567

O Técnico das contas

EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Anexo 4 DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

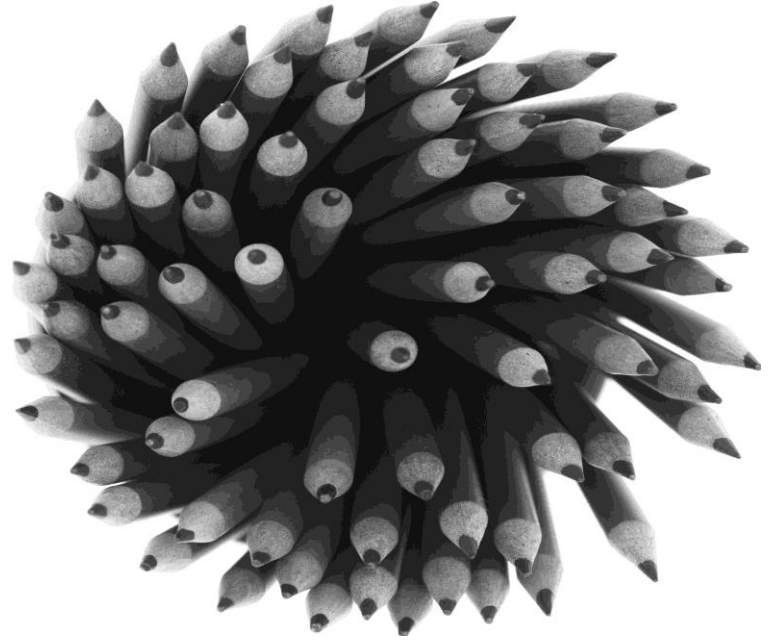
ANO: 31 de Dezembro de 2022		Valores em Metcais				
Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro cedido	
Seguro directo						
Acidentes de Trabalho	162 275 383	158 807 988	117 710 712	100 813 195	(1 210 895)	
Acidentes Pessoais e Doença	2 316 979 193	2 312 959 719	1 621 409 093	213 947 246	(359 442 186)	
Incêndio e Elementos da Natureza	186 390 364	188 497 452	(50 135 088)	49 422 771	(183 110 661)	
Automóvel	688 893 424	682 108 937	298 459 723	877 922 919	(11 834 622)	
Marítimo	53 362 260	52 011 785	7 236 408	8 246 871	(20 490 266)	
Aéreo	130 080 576	146 435 247	(1 610 263)	244 453	(106 840 484)	
Transportes	6 161 089	5 816 906	(3 450 300)	4 753 930	(600 862)	
Responsabilidade Civil Geral	11 029 868	9 907 715	1 542 252	3 503 626	(2 748 508)	
Diversos	295 430 716	76 544 578	9 842 030	30 710 437	(15 901 701)	
Total	3 850 602 872	3 633 090 326	2 001 004 567	1 289 565 449	(702 180 186)	
Resseguro Aceite	-	-	-	-	-	
Total geral	3 850 602 872	3 633 090 326	2 001 004 567	1 289 565 449	(702 180 186)	

O Técnico de Contas

EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Margem de Solvência e caucionamento

INSPECÇÃO GERAL DE SEGUROS

EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SA

Nº de contribuinte:

responsável pela informação:

MARGEM DE SOLVÊNCIA DISPONÍVEL

I - MARGEM DE SOLVÊNCIA DISPONÍVEL

A

(1) Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	295 000
(2) Metade da parte do Capital Social não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 50% do valor do Capital Social	0,00
(3) Reservas não representativas de provisões técnicas ou de qualquer outro compromisso	
a) <i>Reservas de Reavaliação</i>	1 959 730
b) <i>Reserva Legal</i>	326 094
c) <i>Outras Reservas</i>	2 191 109
d) <i>Prémios de Emissão</i>	0
Total (a + b + c + d)	4 476 932
(4) Resultado de Ganhos e Perdas	
a) <i>Resultados transitados</i>	1 897 882
b) <i>Resultado líquido do exercício</i>	-773 604
c) <i>Distribuição de resultados do exercício</i>	0
Total (a + b - c)	1 124 278
(5) Total de (1) a (4)	5 896 210
(6) Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível	0
(7) Imobilizações incorpóreas	881
TOTAL da Margem de Solvência Disponível (5) - (6) - (7)	5 895 329

INSPECÇÃO GERAL DE SEGUROS

II - CÁLCULO DA MARGEM DE SOLVÊNCIA EXIGIDA ACTIVIDADE NÃO VIDA

A

1º. Resultado (óptica dos prémios)

(1) Prémio brutos emitidos (seguro directo + resseguro aceite)	3 850 603
(2) Impostos e Taxas	0
(3) (1) - (2)	3 850 603
(3A) 20% * (3)	770 121
(4) Custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite)	1 877 532
(5) Custos com sinistros, parte dos resseguradores	1 498 708
(6) [(4) - (5)] / (4)	20,18%
(7) 1º. Resultado	
(7A) - (3A) x (6) se (6) ≥ 50%	0
(7B) - (3A) x 50% se (6) < 50%	385 060

B

2º. Resultado (óptica dos sinistros)

(8) Custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos últimos três exercícios	5 664 431
(9) Média	1 888 144
(9A) = 25% * (9)	472 036
(10) 2º. Resultado	
(10A) - (9A) x (6) se (6) ≥ 50%	0
(10B) - (9A) x 50% se (6) < 50%	236 018

INSPECÇÃO GERAL DE SEGUROS

III - CÁLCULO DA MARGEM DE SOLVÊNCIA EXIGIDA

ACTIVIDADE VIDA

A

Seguros de Capitais e de Rendias

1º. RESULTADO

(11) Provisões Matemáticas (seguro directo + resseguro aceite)	3 158 300
(12) Provisões Matemáticas de resseguro Cedido	1 400
(13) (11) - (12)	3 156 900
(14) 4% x (11)	126 332
(15) (13) / (11)	99,96%
(16) 1º. Resultado	
(16A) = (14) x (15) se (15) ≥ 85%	126 276
(16B) = (14) x 85% se (15) < 85%	0

Seguro de Capitais e de Rendias (incluindo temporários)

2º. RESULTADO

Todos os seguros salvo os temporários de prazo inferior a 5 anos

(17) Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	2 457 600
(18) Capital em risco de resseguro cedido	137 800
Temporários com prazo contratual entre 3 e 5 anos	
(19) Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	544 200
(20) Capital em risco de resseguro cedido	30 500
Temporários com prazo contratual inferior ou igual a 3 anos	
(21) Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	1 436 000
(22) Capital em risco de resseguro cedido	80 500
(23) (17) + (19) + (21)	4 437 800
(24) (18) + (20) + (22)	248 800
(25) [(23) - (24)] / (23)	94,39%
(26) 0,3% x (17) + 0,15% x (19) + 0,1% x (21)	9 625
(27) 2º. Resultado	
(27A) = (26) x (25) se (25) ≥ 50%	9 085
(27B) = (26) x 50% se (25) < 50%	0
(28) (16) + (27)	135 361

B

Seguros complementares

(29) Prémios brutos emitidos (seguro directo + resseguro aceite)	960 517
(30) Impostos e taxas	0
(31) (29) - (30)	960 517
(31A) = 15% * (31)	144 078
(32) Custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite)	274 446
(33) Custos com sinistros, parte dos resseguradores	2 140
(34) [(32) - (33)] / (32)	99,22%
(35) Resultado	
(35A) = (31) x (34) se (34) ≥ 50%	142 954
(35B) = (31) x 50% se (34) < 50%	0

C

Operações de capitalização

(36) Provisões matemáticas	604 400
(37) 4% x (36)	24 176

INSPECÇÃO GERAL DE SEGUROS

IV - RESUMO

I -	MARGEM DE SOLVÊNCIA DISPONÍVEL	5 895 329
II -	ACTIVIDADE NÃO VIDA	
	A - 1º. Resultado	385 060
	B - 2º. Resultado	236 018
	Margem de Solvência Exigida (Resultado mais elevado de A ou B)	(a) 385 060
	Margem de Solvência Exigida mínima (10% do capital social ou de garantia mínimo)	(b) 29 500
	Margem de Solvência Exigida será o valor mais elevado de (a) ou (b)	(c) 385 060
III -	ACTIVIDADE VIDA	
	A - 1º. Resultado	126 276
	- 2º. Resultado	9 085
	B - Resultado - Seguros Complementares	142 954
	C - Resultado - Operações de Capitalização	24 176
	TOTAL =	(d) 302 492
	Margem de Solvência Exigida mínima (20% do capital social ou de garantia mínimo)	(e) 59 000
	Margem de Solvência Exigida será o valor mais elevado de (d) ou (e)	(f) 302 492
IV -	MARGEM DE SOLVÊNCIA EXIGIDA = (c) + (f)	687 552
V -	EXCESSO/INSUFICIÊNCIA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA = (I - IV)	5 207 777
VI -	TAXA DE COBERTURA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA = (I / IV)	857,4%

INSTITUTO DE SUPERVISÃO DE SEGUROS DE MOÇAMBIQUE

**REPRESENTAÇÃO / CAUCIONAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
RAMOS VIDA**

RESPONSABILIDADES GLOBAIS (SEGURO DIRECTO + RESSEGURO ACEITE)

SEGURADORA: EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.

N.º DE CONTRIBUINTE: 400004951

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Serviços de Contabilidade

Provisão matemática	3 997 754 272
Provisão para sinistros	152 005 309
Provisão para participação nos resultados	0
TOTAL	4 149 759 581

ACTIVOS A REPRESENTAR / CAUCIONAR

Posição em: 31-Dez-2022

NATUREZA DOS ACTIVOS	LIMITES		VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR A REPRESENTAR/CAUCIONAR
	%	VALORES MÁXIMOS		
Títulos da Dívida Pública do Estado de Moçambique	100	4 149 759 581	813 442 667	813 442 667
Depósitos a prazo	35	1 452 415 853	368 225 000	368 225 000
Obrigações	60	2 489 855 749	0	0
Acções	30	1 244 927 874	1 184 600 014	1 184 600 014
Edifícios	45	1 867 391 811	1 878 488 308	1 867 391 811
Empréstimos hipotecários	25	1 037 439 895	0	0
Caixa e disponibilidades à vista	20	829 951 916	108 225 746	108 225 746
Depósitos junto empresas cedentes	100	4 149 759 581	0	0
TOTAL			4 352 981 735	4 341 885 239

* Os valores correspondentes a Depósitos recebidos de resseguradores devem ser incluídos na rubrica respectiva por tipo de activo

INSTITUTO DE SUPERVISÃO DE SEGUROS DE MOÇAMBIQUE

REPRESENTAÇÃO / CAUCIONAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS RAMOS NÃO VIDA

RESPONSABILIDADES GLOBAIS (SEGURO DIRECTO + RESSEGURO ACEITE)

SEGURADORA: EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.

N.º DE CONTRIBUINTE: 400004951

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Serviços de Contabilidade

Provisão para prémios não adquiridos	551 230 620
Provisão para sinistros	2 115 622 871
Provisão para participação nos resultados	0
Provisão para desvios de sinistralidade	127 620 955
Provisão para riscos em curso	169 121 086
TOTAL	2 963 595 533

ACTIVOS A REPRESENTAR / CAUCIONAR

Posição em: 31-Dez-2022

NATUREZA DOS ACTIVOS	LIMITES		VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR A REPRESENTAR/CAUCIONAR
	%	VALORES MÁXIMOS		
Títulos da Dívida Pública do Estado de Moçambique	100	2 963 595 533	49 750 995	49 750 995
Depósitos a prazo	45	1 333 617 990	696 541 209	696 541 209
Obrigações	40	1 185 438 213	166 056 600	166 056 600
Acções	20	592 719 107	1 060 194 458	592 719 107
Edifícios	40	1 185 438 213	3 253 813 839	1 185 438 213
Empréstimos hipotecários	25	740 898 883	0	0
Caixa e disponibilidades à vista	30	889 078 660	344 272 038	344 272 038
Depósitos junto empresas cedentes	100	2 963 595 533	0	0
TOTAL			5 570 629 139	3 034 778 162

* Os valores correspondentes a Depósitos recebidos de resseguradores devem ser incluídos na rubrica

* Conforme art 13, nº 2 do Dec 42/2003, de 10 de Dezembro.

INSTITUTO DE SUPERVISÃO DE SEGUROS DE MOÇAMBIQUE

ACTIVOS A REPRESENTAR / CAUCIONAR
AS PROVISÕES TÉCNICAS DO RAMO VIDA E NÃO VIDA
(Por moeda)

SEGURADORA: EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.

N.º DE CONTRIBUINTE: 400004951

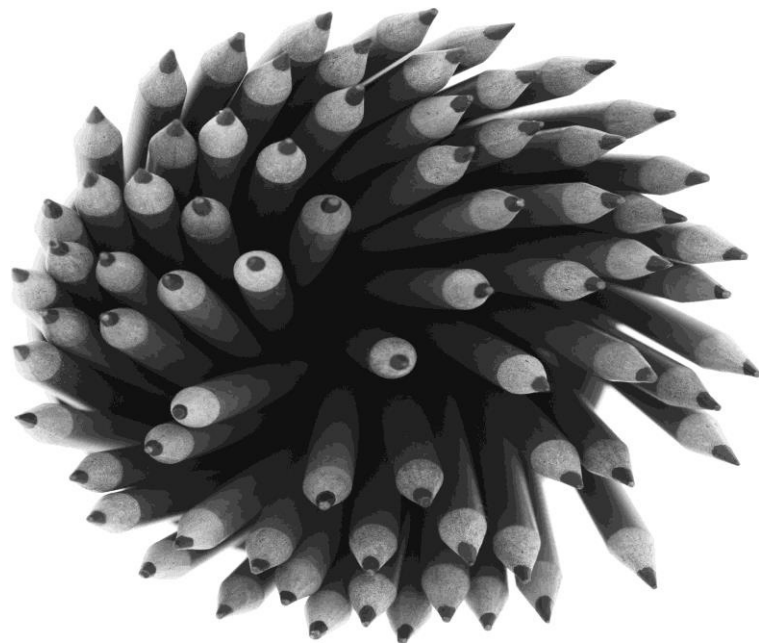
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Serviços de Contabilidade

Posição em: 31-Dez-2022

PROVISÕES TÉCNICAS			ACTIVOS			
MOEDA	MONTANTE a)	MONTANTE b)	MOEDA	MONTANTE a)	MONTANTE b)	%
(1)		(2)	(3)		(4)	(5) = [(4) / (2)] x 100
Prov mat vida	3 113 913 043	3 158 300 000	Dep a prazo	592 425 209	1 044 416 209	33%
Metical	3 113 200 000	3 113 200 000	Metical	546 625 209	546 625 209	18%
Dólar americano	713 043	45 100 000	Dólar americano	5 500 000	347 875 000	771%
Rand	0	0	Rand	40 300 000	149 916 000	0%
Prov sinistros vida	152 005 309	152 005 309	Obrigações	750 803 932	750 803 932	494%
Metical	152 005 309	152 005 309	Metical	750 803 932	750 803 932	494%
Dólar americano	0	0	Dólar americano	0	0	0%
Rand	0	0	Rand	0	0	0%
Prov p prém não adquiridos	359 355 440	551 230 620	Acções	2 244 794 471	2 244 794 471	407%
Metical	356 314 666	356 314 666	Metical	2 244 794 471	2 244 794 471	630%
Dólar americano	3 040 775	192 328 993	Dólar americano	0	0	0%
Rand	0	0	Rand	0	0	0%
Euro	37 629	2 586 962				0%
Prov para desvio de sinistralidade	127 620 955	127 620 955	Edifícios	81 143 117	5 132 302 147	4022%
Metical	127 620 955	127 620 955	Metical	0	0	0%
Dólar americano	0	0	Dólar americano	81 143 117	5 132 302 147	0%
Rand	0	0	Rand	0	0	0%
Prov para riscos em curso	169 121 086	169 121 086	Empréstimos hipotecários	0	0	0%
Metical	169 121 086	169 121 086	Metical	0	0	0%
Dólar americano	0	0	Dólar americano	0	0	0%
Rand	0	0	Rand	0	0	0%
Prov para sinistros	1 626 587 604	2 115 622 871	Depósito à Ordem	373 481 107	400 316 324	19%
Metical	1 617 758 661	1 617 758 661	Metical	371 591 788	371 591 788	23%
Dólar americano	7 810 335	494 003 685	Dólar americano	301 053	19 041 587	4%
Rand	1 018 608	3 860 525	Rand	1 528 992	5 687 850	147%
Euro	0	0	Euro	59 274	3 995 099	0%
			Dep junto de emp cedentes	0	0	0%
			Metical	0	0	0%
			Dólar americano	0	0	0%
			Rand	0	0	0%
TOTAL		6 273 900 841	TOTAL		9 572 633 084	153%

a) - Discriminar de acordo com as moedas em que estão expressas as responsabilidades.

b) - Contravalor em Metical



Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da

EMOSE - EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas na secção *Bases para a Opinião com Reservas* abaixo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os Princípios contabilísticos em vigor em Moçambique para o Sector de Seguros – Diploma Ministerial nº 222/2010, de 17 de Dezembro.

Bases para a Opinião com Reservas

1. A rubrica “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”, cuja quantia registada à data de 31 de Dezembro de 2022, ascende a 896.791.698 Meticais, apresenta uma diferença no montante de 67.685.633 Meticais em relação à responsabilidade por serviços passados apurada na avaliação actuarial com referência à mesma data, no montante de 771.768.639 Meticais. Na ausência de informação de suporte detalhada sobre a referida diferença, não estamos em condições de aferir sobre a responsabilidade registada pela Companhia relativa aos benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, nem de concluir com o necessário grau de segurança sobre o passivo líquido da Companhia perante o Fundo de Pensões, reflectido na posição financeira naquela data.

2. O relatório do anterior Auditor, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, inclui uma reserva relacionada com falhas processuais identificadas nos procedimentos de aquisição de bens e serviços que foram analisados, associados às compras registadas nas rubricas de Activos tangíveis - Equipamento de transporte, no montante líquido de 41.440.635 Meticais (2020: 34.838.478 Meticais), de Propriedade de investimento – Edifícios, no montante líquido de 20.685.631 Meticais (aquisições de 2021) e de Fornecimentos e serviços externos – Propaganda e publicidade, no montante de 20.790.058 Meticais, com destaque para: a) a ausência de relatórios de avaliação para concursos públicos realizados; b) a adopção da modalidade de ajuste directo sem justificação para a ausência de concurso publico; e c) a existência de discrepâncias entre as quantidades referidas no concurso e as efectivamente contratadas, factos que não permitiram o Auditor obter prova de auditoria suficiente e apropriada, e, por conseguinte, concluir sobre eventuais impactos daquelas matéria nas Demonstrações Financeiras daquele exercício. Em relação à auditoria corrente, dado que os processos em referência ainda se encontram em apreciação, nesta data, não estamos, igualmente, em condições de quantificar o efeito daquela matéria, se algum, nos saldos iniciais em 1 de Janeiro de 2022, que poderá eventualmente advir da conclusão da análise dos referidos processos pela entidade.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias descritas na secção *Bases para a Opinião com Reservas*, decidimos que as seguintes matérias são relevantes na auditoria do período corrente:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<i>Valorização das propriedades de investimento (Notas 2.4 alínea n, 2.5 e 4.7)</i>	
<p>Em 31 de Dezembro de 2022, o activo da Companhia inclui edifícios de rendimento, no montante líquido de 8.465.037.206 Meticais, representando cerca de 40% do total do activo, os quais estão valorizados ao justo valor.</p> <p>A valorização destes activos encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes tal como descrito na Nota 2.5, as quais incorporam pressupostos influenciados pela incerteza material do mercado, decorrente da actual conjuntura económica nacional e internacional, que impulsiona a subida das taxas de inflação e as condições de financiamento, desenvolvendo-se cenários de recessão económica que podem afectar a oferta disponível em geral.</p> <p>Tendo em consideração a relevância destes activos nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento subjacente nos pressupostos incorporados na avaliação, esta área foi definida como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos internos relevantes implementados pela Companhia associados ao processo de valorização dos edifícios classificados como Propriedade de investimento; • Aplicação de procedimentos de revisão analítica sobre a rubrica de Edifícios de rendimento; • Revisão da razoabilidade da valorização das propriedades de investimento, efectuada por nossos especialistas em avaliação imobiliária, que incluíram a análise da metodologia, pressupostos e normativos internacionais aplicáveis, utilizados pelo perito da Companhia na avaliação, bem como a comparação com os dados do mercado nas condições dos imóveis descritas na avaliação e localização; • Revisão das divulgações nas demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p><i>Mensuração da responsabilidade com pensões de reforma e outros benefícios, incluindo o risco de insuficiência de activos para a cobertura da obrigação por serviços passados (Notas 2.4 alínea r, 2.5 e 4.9) e mensuração das provisões matemáticas dos ramos Vida e de Acidentes de trabalho (Nota 4.19)</i></p> <p>Ao abrigo do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões dos Trabalhadores, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores as pensões de reforma e outros benefícios, nos termos definidos no Contrato supracitado, cujo montante à data de 31 de Dezembro de 2022 ascende a 896.791.698 Meticais (Nota 4.9). Por outro lado, as provisões matemáticas dos ramos Vida e de Acidentes de trabalho ascendem a 3.158.300.000 Meticais (Nota 4.19), cumulativamente, representando 31% do total do passivo.</p> <p>Estas responsabilidades foram apuradas pelo Actuário independente da Companhia, considerando um conjunto de pressupostos actuariais futuros sobre acontecimentos incertos, não totalmente sob o controlo do órgão de gestão, nomeadamente sobre os rendimentos a serem gerados pela carteira de activos e que estarão disponíveis para serem usados para pagar ou financiar os benefícios dos empregados e a cobertura de sinistros dos ramos Vida e Acidentes de trabalho; a taxa de crescimento dos salários e das pensões; taxa de desconto e tábua de mortalidade (Nota 2.4 alínea r e 2.5). No entanto, a ocorrência de eventuais alterações nos pressupostos actuariais pode originar impactos materiais nas responsabilidades determinadas tanto para as pensões de reforma como para as provisões matemáticas dos ramos Vida e Acidentes de trabalho.</p> <p>Devido à relevância desta responsabilidade nas demonstrações financeiras e o impacto que eventuais alterações dos pressupostos actuariais pode originar nas demonstrações financeiras, além do risco de insuficiência de activos para a cobertura da responsabilidade por serviços passados, consideramos esta matéria relevante para a auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos internos relevantes implementados pela Companhia para a determinação da responsabilidade por serviços passados e provisões matemáticas dos ramos Vida e Acidentes de trabalho; • Revisão dos principais pressupostos utilizados pelo avaliador da Companhia na determinação da responsabilidade por serviços passados e provisões matemáticas dos ramos Vida e Acidentes de trabalho; • Envolvimento de especialistas actuariais na elaboração de um conjunto de testes independentes, que incluíram o recálculo das estimativas e comparação dos resultados com os obtidos pela Companhia; • Apreciação do relatório de auditoria às demonstrações financeiras do Fundo de Pensões emitido pelo auditor do Fundo em referência à 31 de Dezembro de 2022; • Análise sobre a adequacidade dos activos para a cobertura das responsabilidades por serviços passados; • Revisão das divulgações nas demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras da EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A. relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião com reservas sobre essas demonstrações financeiras em 13 de Setembro de 2022.

A posição financeira à data de 31 de Dezembro de 2022, inclui uma responsabilidade líquida com o Fundo de Pensões relativa aos benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo que a Companhia deverá proporcionar no futuro aos trabalhadores, na qualidade de entidade promotora do Fundo, ao abrigo do Contrato Constitutivo. As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões, cuja gestão administrativa está sob responsabilidade de uma entidade independente, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas, com ênfase sobre o Fundo, em 26 de Maio de 2023.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende informação incluída no Relatório de Gestão conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Tal como descrito na secção *Bases para a Opinião com Reservas* acima, não fomos capazes de obter prova de auditoria suficiente e apropriada sobre a diferença apurada no exercício corrente na responsabilidade por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, bem como sobre alguns processos de aquisições reportados na auditoria referente ao exercício anterior, que se encontram ainda em análise pela entidade. Consequentemente, não pudemos concluir se a outra informação está ou não materialmente distorcida com respeito a estas matérias.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os Princípios contabilísticos em vigor em Moçambique para o Sector de Seguros – Diploma Ministerial nº 222/2010, de 17 de Dezembro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

I2A AUDITORES, S.A.

Sociedade de Auditores Certificados 22/SCA/OCAM/2017, representada por:



Manuel Joaquim Fonseca (Auditor Certificado nº 26/CA/OCAM/2012)

Maputo, 04 de Julho de 2023